

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA FOZ DO ITAJAÍ – CESFI**

**REFORMA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - UDESC BALNEÁRIO CAMBORIÚ**

**Balneário Camboriú
2023**

REITORIA

Professor Dilmar Baretta, Dr. – *Reitor*

Professor Luiz Antonio Ferreira Coelho, Dr. – *Vice-reitor*

PRÓ-REITORES

Técnica Mariana Fidelis Vieira da Rosa – *Pró-reitora de Administração*

Professora Gabriela Botelho Mager, Dra. – *Pró-reitora de Ensino*

Professor Alfredo Balduino Santos, Dr. – *Pró-reitor de Extensão*

Professora Letícia Sequinato, Dra. – *Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação*

Técnico Alex Onacli Moreira Fabrin – *Pró-reitor de Planejamento*

DIREÇÃO UDESC Balneário Camboriú

Professor José Carlos de Souza, Me. – *Diretor Geral*

Professor Luiz Antônio Alves, Dr. – *Diretor de Ensino de Graduação*

Técnico Marcos de Oliveira Borges – *Diretor Administrativo*

Professor Vitor Hugo Klein Junior, Dr. – *Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação*

Professor Luiz Filipe Goldfeder Reinecke, Dr. – *Diretor de Extensão*

CHEFIA DE DEPARTAMENTO

Professor Danilo José Alano Melo, Dr.

Chefe do Departamento de Administração Pública

Professor Adilson Giovanini, Dr.

Subchefe do Departamento de Administração Pública

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Professor Danilo José Alano Melo, Dr.

Professor Adilson Giovanini, Dr.

Professor José Carlos de Souza, Me.

Professor Luiz Filipe Goldfeder Reinecke, Dr.

Professor Pompílio Locks Filho, Dr.

Professor Vitor Hugo Klein Junior, Dr.

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2. HISTÓRICO DO CURSO	6
2.1 Atos legais de alterações curriculares ao longo do curso	7
2.2 Justificativa da reforma curricular diante das necessidades regionais e nacionais, tendo em vista o profissional formado, as novas exigências sociais e os resultados das avaliações de curso.....	7
3. OBJETIVOS DO CURSO.....	19
3.1. Objetivo geral.	20
3.2. Objetivos específicos.....	20
4. PERFIL DO(A) EGRESSO(A) E ÂMBITO PROFISSIONAL	20
4.1 Descrição do âmbito de atuação do(a) egresso(a)	21
5 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO - DCN.....	22
6. ESTRUTURA CURRICULAR.....	25
6.1 Matriz curricular.....	25
7. MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA.....	29
7.1 Discriminação da carga horária total de docente e discente	37
7.2 Resumo da carga horária do curso e discriminação da carga horária em percentuais na matriz curricular.....	37
7.3 Estudo do impacto docente	37
8 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS	38
8.1 Quadro de equivalência.....	73
9. ESTRUTURA CURRICULAR - Aplicação das legislações	73
9.1 Proposta de transição curricular	78
10. ESTRUTURA CURRICULAR - Descrição dos enfoques para o processo de ensino-aprendizagem.....	78
10.1 Tecnologias digitais de informação e de comunicação (aplicadas no processo de ensino-aprendizagem presencial).....	78
10.2 Tecnologias digitais de informação e de comunicação (aplicadas no processo de ensino a distância)	79
11. ESTRUTURA CURRICULAR - Estágio Curricular Supervisionado	82
12. ESTRUTURA CURRICULAR - Trabalho de Conclusão de Curso.....	84
13. ESTRUTURA CURRICULAR - Atividades Complementares.....	84
14. ESTRUTURA CURRICULAR - Creditação da extensão	85
15 AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO ESCOLAR	87
16. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS DIANTE DA AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	88
17. CORPO DOCENTE DO CURSO	89

17.1. Identificação dos docentes do curso, situação funcional, regime de trabalho e titulação.....	90
18.RECURSOS NECESSÁRIOS.....	90
18.1 Recursos humanos	90
18.1.1. Identificação dos docentes a contratar por disciplina	90
18.1.2. Relação dos técnicos universitários a contratar	91
18.2. Recursos materiais.....	91
20. ACERVO E REGIME DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA.....	91
21. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.....	95

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) que integra este documento tem por finalidade apresentar os fundamentos, a estruturação e as condições necessárias para a consolidação do Curso de Administração Pública, em período noturno, no Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí (CESFI), a partir da legislação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e do que estabelece a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e a Resolução CES/CNE Nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública, Bacharelado.

O Projeto apresenta a identificação do curso, as justificativas, o detalhamento sobre o Centro e a região, bem como os objetivos e as diretrizes curriculares que orientam o PPC, como a expectativa de formação do profissional, os pressupostos didático-pedagógicos que embasam a proposta, a matriz curricular e a infraestrutura material, administrativa e de recursos humanos necessários para a sua efetivação.

O documento em tela foi objeto de discussão e elaboração do Núcleo Docente Estruturantes (NDE), que desenvolveu ao longo dos últimos três anos melhorias na matriz curricular, atualizações de ementas, ajustes frente à realidade local e nacional, assim como levou em conta sugestões de acadêmicos nas avaliações institucionais e realizou consulta com egressos e egressas. Portanto, representa um esforço coletivo do NDE em manter o curso atualizado, de modo a levar em conta a pluralidade de atores interessados na formação em Administração Pública.

3. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome (atual e proposto, se for o caso)	Administração Pública
Ato de autorização	Resolução no. 069/2013 - CONSUNI , de 11/12/2013 Cria o Curso de Graduação em Administração Pública, do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí – CESFI, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
Ato de reconhecimento	Decreto Estadual nº 1576, de 16/04/2018 Resolução CEE/SC no. 119/2017
Ato de renovação de reconhecimento	Decreto Estadual nº 854, de 23/09/2020 Resolução CEE/SC no. 015/2020
Título concedido (atual e proposto, se for o caso)	Bacharel em Administração Pública
Início de funcionamento do curso	Agosto de 2014
Ano e semestre de implantação da reforma curricular (previsão)	2024/1
Número de vagas por semestre (atual e proposta)	Atual: 40 (quarenta) Proposta: 40 (quarenta)

Número de fases (atual e proposta)	Atual: 8 fases Proposta: 8 fases
Carga horária total (atual e proposta)	Atual: 3.600 horas/aula Proposta: 3.600 horas/aula
Período de integralização (mínimo e máximo)	Duração do curso: 4 anos – 8 semestres Mínimo: 4 anos – 8 semestres Máximo: 7 anos – 14 semestres
Turno de oferta	Noturno
Local de funcionamento e/ou Polo de oferta de EAD (endereço completo e telefone)	UDESC Balneário Camboriú Avenida Lourival Cesario Pereira, s/n Edifício Alcides Abreu - Nova Esperança - Balneário Camboriú CEP: 88336-275 Telefone: (47) 3398-6592
Currículo atual (aprovado pela Resolução nº 069 de 11/12/2013)	Resolução nº 069/2013 – CONSUNI , de 11/12/2013. Resolução nº 021/2014 – CONSUNI . Resolução nº 036/2017 – CONSEPE . Resolução nº 029/2019 – CONSEPE .

2. HISTÓRICO DO CURSO

A Universidade do Estado de Santa Catarina, por meio de seu Egrégio Conselho Universitário, autorizou, em 25 de março de 2004, pela Resolução N°001/2004, o funcionamento de um Curso de Administração Pública na Região da Foz do Itajaí, mais precisamente, na cidade de Balneário Camboriú. O Curso foi constituído como unidade fora de sede, subordinada ao Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG). Esse Curso foi descontinuado em função da criação do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí (CESFI/UDESC), uma vez que não se justificava a existência de um curso fora da sede, na ocasião da constituição, pela Universidade, de um Centro de Ensino na Região.

A partir do relatório da Comissão de Vocacionamento do CESFI, aprovado pelo CONSUNI, por meio da Resolução nº 041/2010, em 7 de outubro de 2010, justificou-se a apresentação de uma proposta de criação do curso de Administração Pública com foco na governança de instituições municipais e regionais voltadas para o interesse público e o desenvolvimento regional com sustentabilidade, sejam elas organizações públicas ou comunitárias. Assim, o curso de Administração Pública da UDESC Balneário Camboriú foi proposto no Projeto Pedagógico do Curso vigente (2020) como um

indutor do desenvolvimento, uma vez que o seu objetivo é preparar, por meio de estudos e vivências de caráter interdisciplinar e multidisciplinar, profissionais para o exercício da governança pública de instituições locais e regionais, sejam elas organizações públicas e/ou comunitárias, com foco no desenvolvimento territorial com sustentabilidade.

O Centro teve a sua criação aprovada pelo Conselho Universitário em 16 de abril de 2010. O ato de criação do Centro deu-se por meio do Decreto nº 3.276, de 21 de maio de 2010, do Governo do Estado de Santa Catarina. Em 2014, o curso iniciou como oferta do Centro e corpo docente próprio. Com as primeiras turmas formadas, a partir do currículo aprovado na Resolução 069/2013 CONSUNI, o NDE tem refletido sobre as especificidades da formação, a partir de análises em torno do perfil e atuação profissional do egresso e da egressa, das atualizações das DCNs e das dinâmicas do campo profissional e científico. A governança pública é vista, assim, enquanto conceito polissêmico ao longo do curso a partir das relações socioestatais, permitindo uma formação crítica e democrática do administrador público. No decorrer do documento especificamos as justificativas e os dados para proposição de um novo enfoque do curso, centrado em inovação na governança pública.

2.1 Atos legais de alterações curriculares ao longo do curso

Dentre os atos legais relacionados ao curso, constam:

- [Resolução nº 069/2013 – CONSUNI](#): Cria o Curso de Graduação em Administração Pública, do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí - CESFI, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC;
- [Resolução nº 021/2014 – CONSUNI](#) (Referendada pela Resolução nº 062/2014 CONSUNI): Amplia, de 35 para 40, o número de vagas semestrais do Curso de Graduação em Administração Pública, do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí - CESFI, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC;
- [Resolução nº 036/2017 – CONSEPE](#): Aprova ajuste curricular no Curso de Graduação em Administração Pública, do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí - CESFI, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC;
- [Resolução nº 029/2019 – CONSEPE](#): Aprova ajuste curricular do Curso de Administração Pública, do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí - CESFI, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

2.2 Justificativa da reforma curricular diante das necessidades regionais e nacionais, tendo em vista o profissional formado, as novas exigências sociais e os resultados das avaliações de curso

A reforma do PPC visa atender normativas legais do Ministério da Educação (MEC) e da UDESC quanto à curricularização da extensão e outras normativas; atualizar o curso às temáticas emergentes na região e no campo científico; e contemplar demandas de discentes e docentes, a partir das avaliações institucionais e sugestões de egressos e

egressas a partir de suas práticas profissionais. Abaixo são detalhadas as justificativas:

- a) **Atendimento à resolução nº 007/2018 MEC/CNE/CES** – a referida resolução estabelece diretrizes da extensão universitária e da curricularização da extensão; e a Resolução nº 007/2022 CEG/UDESC apresenta as normas para inclusão de carga horária de extensão universitária nos cursos de graduação. Em seu artigo 4º, a resolução determina que as atividades extensionistas devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos de graduação. A curricularização da extensão traz, portanto, contribuições para a formação por meio das experiências já desenvolvidas no Curso ao longo dos últimos anos pela integração entre atividades de ensino-pesquisa-extensão. A extensão universitária desafia as Instituições de Ensino Superior (IES) a ampliar a interação com a sociedade e, em nosso curso, procuramos superar a perspectiva de transferência de conhecimento, apontando para uma perspectiva de universidade cidadã que articula ensino-pesquisa-extensão em uma interação dialógica com atores externos.
- b) **Atualizações do curso a partir de sugestões de professores, egressos e acadêmicos** – a partir da atuação na formação de administradores públicos desde 2014, os órgãos colegiados e os resultados de avaliações institucionais têm contribuído para a reflexão em torno das necessidades de atualização da formação. A partir do diálogo com professores e diálogos no NDE desde 2020, o Departamento tem se debruçado sobre a atualização do perfil do(a) egresso(a) egressa e no fortalecimento dos objetivos de formação. Destaca-se, ainda, a aplicação questionários de consulta e de dinâmicas para o aperfeiçoamento e atualização do ementário do curso diante das dinâmicas do campo profissional e científico. O fortalecimento das potencialidades do curso, a partir de seus projetos de ensino-pesquisa-extensão e da prática docente, alinha-se, ainda, às demandas e sugestões de egressos e egressas consultados por meio de questionário. Soma-se a isso a análise dos dados sobre o setor público na região e das avaliações institucionais do curso.
- c) **Avaliações do curso** – semestralmente, os Centros de Ensino e os cursos da UDESC são avaliados por alunos e professores por meio de questionário disponibilizado *on-line* no Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA), envolvendo questões que vão desde a estrutura física das instalações até a percepção sobre temas relativos ao Projeto Pedagógico de Curso. As informações geradas fazem parte do amplo processo de avaliação da Universidade, regulamentado pela Resolução nº 65/2018-CONSUNI. Em cada um dos Centros de Ensino da UDESC

existem as Comissões Setoriais de Avaliação (CSA), que se reúnem bimestralmente e são compostas por dez membros, dentre eles, professores, técnicos, alunos e representantes da sociedade civil. Suas principais atribuições são sensibilizar a comunidade acadêmica para responder aos processos de avaliação institucional; sistematizar as informações e analisar os resultados dos processos de autoavaliação do Centro; incentivar e auxiliar os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) a analisarem as informações. Dessa forma, após a mobilização da comunidade acadêmica visando ampla participação na avaliação institucional, a CSA delibera sobre os principais temas, sistematiza e encaminha as informações para o NDE do curso de Administração Pública, que é um órgão consultivo responsável pela avaliação, consolidação e atualização do PPC. Por sua vez, semestralmente os membros do NDE analisam e dialogam sobre as respostas dos discentes e docentes tendo em vista os pontos sensíveis que precisam ser aprimorados e os possíveis encaminhamento de ações. Assim sendo, esta proposta levou em conta os itens de melhoria que foram sugeridos e apreciados pelo NDE.

- d) **Enfoque em inovação na governança pública, como temática transversal e interdisciplinar ao longo do curso:** a inovação abrange um tema acadêmico central e caro ao setor público, na medida em que se apresenta como uma forma ampla de olhar para os problemas públicos e trazer soluções. No que tange à oferta de bens e serviços municipais, a temática é indissociável do estado da arte e das opções tecnológicas e organizacionais factíveis de adoção, as quais transpassam a área pública e são mobilizadas pelo Estado a partir das necessidades e demandas provenientes da sociedade civil. Para se entender a abrangência da temática, as contribuições e os desafios contemporâneos introduzidos pelas inovações, em termos de governança pública, cita-se como exemplos: a forma como as tecnologias digitais evoluíram e conduziram, forçosamente, a sua adoção pelos governos locais com vistas a conferir qualidade de serviços, agilidade e atendimento das necessidades; as demandas por um governo mais eficiente, transparente e *accountable*, por meio de novas práticas no setor público e de inovações em governo; a busca por novos arranjos e articulações socioestatais para enfrentamento das crises de representatividade e problemas complexos; e as dinâmicas de inovação social como forma de lidar e enfrentar problemas públicos.

Concomitante ao avanço nas tecnologias digitais, modifica-se também o modo como os governos se relacionam com a sociedade. Na década de 1990, a utilização da internet possibilitava a automação de processos no nível departamental. Nesse contexto

surgiu o Governo Eletrônico, baseado na Web 1.0, o qual introduziu inovações no setor público, como a oferta de informações sobre os serviços prestados em *home pages* institucionais e de ferramentas para a pesquisa de informações, correio eletrônico, preenchimento de formulários, solicitação de documentos e recepção de guias para o pagamento de impostos e taxas. Nos anos 2000, com a maior possibilidade de interação, proporcionada pela Web 2.0, surgiu o Governo Digital. Nessa fase, a internet passou a ser utilizada para fornecer informações e serviços com maior transparência, *accountability* e controle social, com a maior colaboração e envolvimento dos cidadãos nos serviços e políticas públicas. Já a Web 3.0 e a Web 4.0 introduziram inovações que estimulam o setor público a fornecer serviços mais inteligentes, formular políticas fundamentadas em dados, explorar recursos interativos e gerar valor de forma colaborativa e em diálogo com a sociedade. As tecnologias digitais passaram a ser utilizadas para transformar normas, políticas e práticas organizacionais ao propiciar infraestruturas que recorrem às informações oriundas de fontes distintas para agregar valor aos serviços públicos.

Há um vasto campo de oportunidades quanto às iniciativas governamentais para inovação, como apresentado pelo Decreto nº 10.996/2022, que reforça as estratégias de transformação digital e a aproximação com as GovTechs, que são empresas focadas em tecnologia, processos de trabalho e soluções ágeis, com o propósito de gerar inovação para a gestão pública e auxiliar na economia de recursos públicos, bem como em ações de transformação digital do país.

Não obstante ao potencial gerado pelo avanço das tecnologias digitais, atualmente, em 2023, registra-se somente a digitalização pontual dos governos locais, com baixa integração interdepartamental. Isto é, observa-se a formação de silos informacionais que criam microcosmos caracterizados pelo baixo compartilhamento de informações entre os diferentes entes que compõem o setor público, o que resulta na multiplicação de rotinas e processos e em burocracia cara e desnecessária ao cidadão. A transformação digital como estratégia de governo, ao empregar as inovações introduzidas pela Web 3.0 e a Web 4.0, emerge como uma solução para esses problemas, uma vez que facilita a interação entre os departamentos ao integrar e simplificar processos e aumentar a transparência, o acesso e a coprodução. Nesse tocante, emergem soluções que prometem explorar os espaços criados, ao incorporar para o setor público novas tecnologias de coleta (*plug-ins*, sensores ativos e passivos e rastreadores), análise (algoritmos de aprendizados e de classificação) e visualização (*smartphones*, *smartwatches*, aplicativos) de dados.

Essas inovações permitem introduzir importantes melhorias nos serviços ofertados à sociedade, todavia, conduzem para novos desafios, pois com a integração o número de dependências e a complexidade dos sistemas aumentam, o que pode resultar em

problemas de coordenação que exigem elevado esforço de padronização nos procedimentos administrativos. Em última análise, o emprego dessas tecnologias esbarra no fator humano, uma vez que a ausência de profissionais devidamente qualificados representa uma restrição poderosa, capaz de frear, senão impossibilitar, a modernização do setor público. Desse modo, a efetivação do potencial gerado pelas novas tecnologias suscita a formação de profissionais aptos a explorar as novas potencialidades, capazes de reconhecer as diferentes possibilidades de aplicação e de prover soluções efetivas para as barreiras que dificultam o avanço na utilização dessas tecnologias. Mais que isso, há que se destacar, ainda, a importância do diálogo com a sociedade civil organizada para que o aprimoramento dessas soluções e transformações atenda aos anseios e demandas do cidadão. Essa perspectiva integrada do aspecto tecnológico e político em torno da governança pública é uma das propostas do curso em tela.

Na dinâmica local, Santa Catarina tem sido apontada como um estado empreendedor por excelência, com uma ampla rede de suporte à inovação. Parafraseando Mazzucato (2014)¹, esse sucesso não é explicado pela inação, pelo *laissez-faire* ou por uma crença inata da sociedade catarinense na capacidade do mercado em se valer do “espírito animal” para aflorar os incentivos responsáveis por gerar as inovações conducentes ao progresso econômico e social. Desponta, sim, como resultado da ação virtuosa do Estado e da sociedade civil, ao atuarem de forma deliberada e em fina sintonia para criar novos mercados e promover inovações entendidas como relevantes ao progresso econômico e social. Provém, dessa forma, da construção de uma base sólida, composta por uma rede de apoio e incentivo à inovação, constituída por atores distintos que se complementam mutuamente na construção de um Sistema Regional de Inovação responsável por semear, regar e fazer florescer e frutificar um ecossistema vibrante, responsável por providenciar o suporte, os meios e os incentivos necessários à consolidação de Santa Catarina como um dos estados mais inovadores do Brasil.

Entre os atores que compõem o ecossistema estadual de inovação, cabe citar: os parques tecnológicos Alpha e Sapiens; os Centros Municipais de Inovação, Downtown, Passeio Primavera, Sapiens e SoHo; as incubadoras Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas (CELTA) e MIDI Tecnológico; as aceleradoras Darwin e Hards; a Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI); a Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE), as instituições de ensino superior Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Universidade do Vale do Itajaí (Univali), entre

¹ MAZZUCATO, M. **O estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

outras. Estes, através da especialização em diferentes aspectos relacionados à inovação, ajudam a criar um ecossistema de inovação forte, atuante e a elevar o potencial inovativo, o que se materializa em mudanças concretas que ajudam a promover o progresso do Estado. Em 2017, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE) desenvolveu, por exemplo, o *Guia de Implantação dos Centros de Inovação* que, com a Rede de Centros, passou a se constituir como um dos principais instrumentos para a promoção da inovação no Estado. Em 2022, a SDE, em parceria com a UDESC e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), desenvolveu edital específico para fortalecimento da dinâmica da Inovação Social na Rede de Centros.

Não sem motivo, Santa Catarina se destaca como um dos estados mais inovadores do Brasil tanto no setor público quanto no privado. A região de Florianópolis, em particular, é considerada o vale do silício brasileiro, com mais de quatro mil empresas especializadas em prover inovações em áreas como desenvolvimento de *software* e sistemas; gestão empresarial; automação comercial; *fintechs*; *games*; sistemas de monitoramento e controle; tecnologias educacionais; gestão da saúde e gestão pública. Atualmente, o próprio governo do estado conta com um laboratório de inovação, o Nidus, que fomenta iniciativas de conexão com soluções tecnológicas e eventos de fomento à cultura de inovação no governo. Unindo-se a essa esfera de transformação, o Tribunal de Contas do Estado, a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC) e o Ministério Público também mobilizam unidades e laboratórios para articular ações de solução para atuais desafios do setor público.

A região da Foz do Itajaí não passa indiferente a esse contexto, pois além de possuir uma economia diversificada, com vocação regional, apresenta atuação do setor público na criação e no estímulo a um ambiente fértil para a inovação. Nesse tocante, se sobressai a construção do Elume Centro Regional de Inovação, uma parceria da Prefeitura Municipal de Itajaí e o Consórcio CIM-AMFRI, que atenderá toda a região da Foz do Rio Itajaí, que contempla as cidades de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Penha, Porto Belo e Navegantes (ELUME, 2023²). Inspirado na Rede de Parques Científicos e Tecnológicos da Catalunha (XPCAT) e do instituto de pesquisa fundado na Universidade de Stanford – SRI Internacional, o Elume possui como objetivo conectar os municípios da AMFRI em um espaço físico com

² ELUME. **Mapeamento do ecossistema de inovação**: centro regional de inovação da região da foz do rio itajaí. Centro Regional de Inovação da Região da Foz do Rio Itajaí. 2021. Elaborado pela equipe de ativação do ELUME. Disponível em: <https://elumepark.com.br/wp-content/uploads/2022/11/MAPEAMENTO-DO-ECOSSISTEMA-DE-INOVAÇÃO-DA-REGIAO-DA-FOZ-DO-RIO-ITAJAI-1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

infraestrutura tecnológica e serviços compartilhados para que, em rede, governo, empresas, instituições de ensino superior e sociedade civil desenvolvam projetos inovadores.

A UDESC Balneário Camboriú integra o ELUME e conta com uma sala no espaço físico, prevendo iniciativas de inovação social, projetos no espaço *maker* e de inclusão digital. Essa ação é inédita dentro da Rede de Centros de Inovação do Estado de Santa Catarina, a partir da oportunidade de conectar as universidades da região às demandas dos municípios da AMFRI, de empreendimentos locais e da comunidade no ELUME.

Por meio de um mapeamento do ecossistema de inovação da Região da Foz do Rio Itajaí, foi identificado o grau de maturidade em inovação em um nível nascente que reconhece a existência de investimentos e iniciativas de governo para estimular e acelerar o desenvolvimento do ecossistema, porém, sem grandes resultados na geração de emprego e internacionalização dos empreendimentos locais. Como pontos de melhoria, o diagnóstico destaca que existe a intenção por parte do poder público, no entanto, falta a orientação de como fazer e um processo de sistematização para colocá-lo em prática (ELUME, 2023³).

Após compreender a importância da inovação para a região e para o setor público, cabe refletir sobre o perfil dos municípios da região e seu quadro de pessoal. A consulta aos dados disponibilizados pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), Tabela 1, por exemplo, mostra que em 2021 existiam 224.497 pessoas empregadas na administração pública direta municipal em Santa Catarina. A região da Foz do Rio Itajaí responde por 12,5% desse montante, com 28.060 funcionários públicos, sendo Itajaí, com 7.436, e Balneário Camboriú, com 6.370, os municípios com maior número de vínculos.

Tabela 1 – Composição do quadro de pessoal da administração direta municipal

Município	Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente	Total
Balneário Camboriú	3.263	252	210	322	2.323	6.370
Balneário Piçarras	589	0	55	56	364	1.064
Bombinhas	844	49	80	37	259	1.269
Camboriú	1.264	0	282	127	744	2.417
Itajaí	5.247	583	566	148	892	7.436

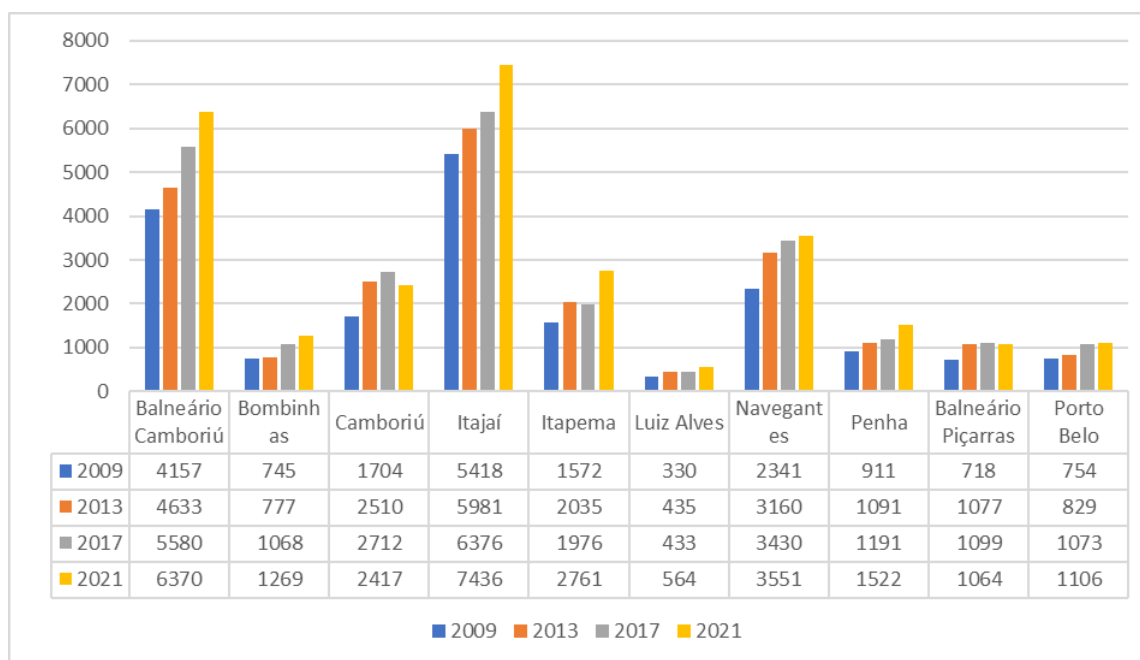
³ ELUME. **Mapeamento do ecossistema de inovação**: centro regional de inovação da região da foz do rio itajaí. Centro Regional de Inovação da Região da Foz do Rio Itajaí. 2021. Elaborado pela equipe de ativação do ELUME. Disponível em: <https://elumepark.com.br/wp-content/uploads/2022/11/MAPEAMENTO-DO-ECOSSISTEMA-DE-INOVAÇÃO-DA-REGIÃO-DA-FOZ-DO-RIO-ITAJAI-1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Itapema	7	1.491	136	164	963	2.761
Luiz Alves	4	296	38	7	219	564
Navegantes	2.366	0	228	18	939	3.551
Penha	0	851	148	34	489	1.522
Porto Belo	720	32	97	38	219	1.106
Total AMFRI	14.304	3.554	1.840	951	7.411	28.060
Total Santa Catarina	129.825	20.110	14.122	12.678	47.762	224.497

Fonte: Adaptado de Munic/IBGE (2023⁴).

A análise do padrão histórico de evolução, Tabela 1, evidencia o aumento no número de funcionários na administração direta municipal entre os anos de 2009 e 2021 para todos os municípios em tela. Destacam-se Itajaí, cujo número de funcionários se eleva de 5.418, em 2009, para 7.436, em 2021, e Balneário Camboriú, de 4.157 para 6.370, respectivamente. Em contrapartida, Luiz Alves, com 330 funcionários em 2009 e 564 em 2021, e Balneário Piçarras, com 718 funcionários em 2009 e 1.064 em 2021, são os municípios com menor número de funcionários.

Gráfico 1 – Evolução no número de funcionários na administração direta municipal, anos selecionados

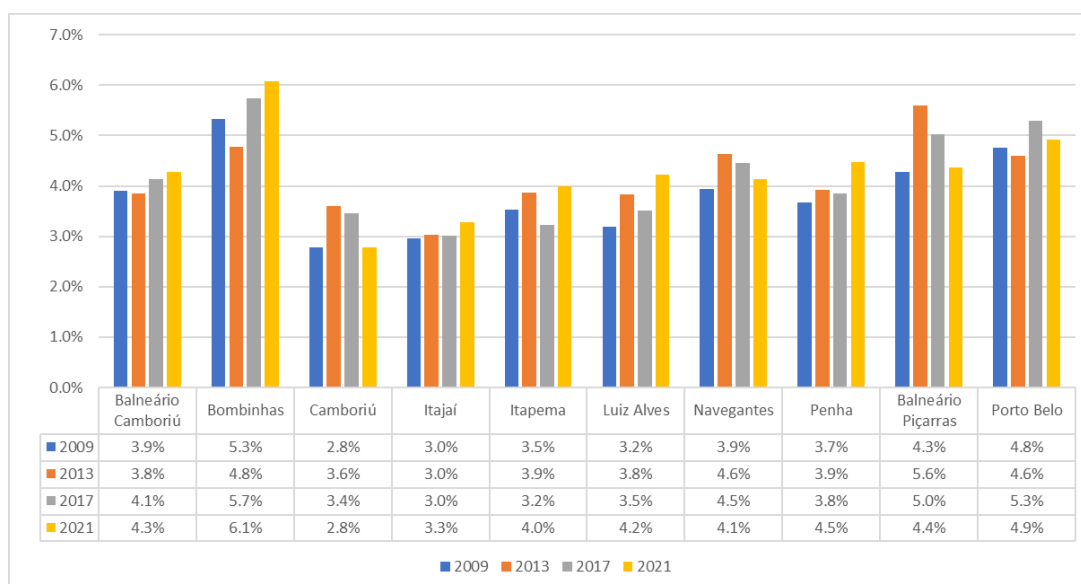


⁴ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. 2023. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=downloads>>. Acesso em 16 abr. 2023.

Fonte: Adaptado de Munic/IBGE⁵, anos selecionados com base na disponibilidade de dados.

Vale enfatizar que a disparidade observada para o número de funcionários presentes na administração direta municipal decorre da diferença no tamanho dos municípios. Essa disparidade é corrigida quando a variável em análise é a proporção de funcionários em relação à população municipal estimada (Gráfico 2). De acordo com esse indicador, Bombinhas é o município com maior proporção relativa de funcionários, 6,1% em 2021, seguido por Porto Belo, 4,9%, e Penha, 4,5%.

Gráfico 2 – Proporção de funcionários na administração direta municipal, AMFRI



Fonte: Adaptado de Munic/IBGE⁶, anos selecionados com base na disponibilidade de dados.

Apesar do elevado grau de estruturação dos governos locais, a análise dos dados discriminados de acordo com a escolaridade, Tabela 2, evidencia que somente 51% do quadro pessoal da administração direta municipal possui ensino superior ou pós-graduação. Destacam-se os municípios de Itajaí e Penha, ambos com 62%; sendo Balneário Piçarras, 43%, Camboriú, 43%, e Bombinhas, 41%, os que exibem menor proporção.

⁵ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. 2023. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=downloads> >. Acesso em 16 abr. 2023.

⁶ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. 2023. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=downloads> >. Acesso em 16 abr. 2023.

Tabela 2 – Composição do quadro de pessoal da administração direta discriminado por escolaridade

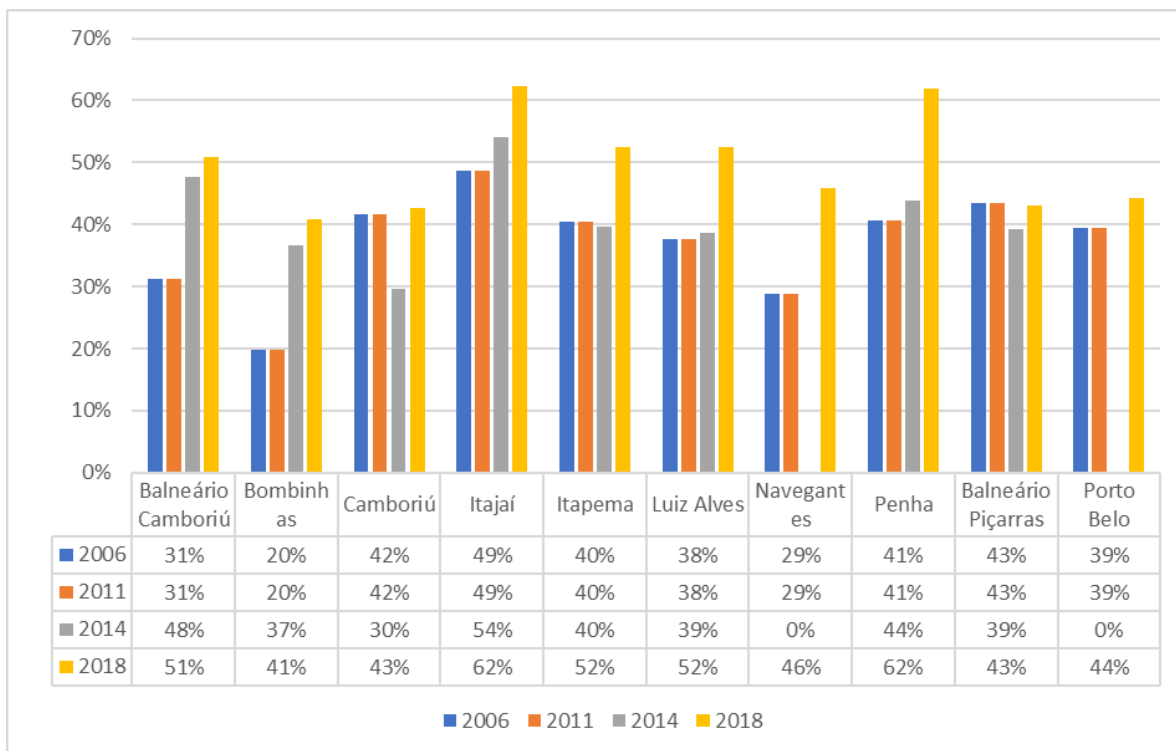
Município	Total	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação	E. superior ou pós-graduação (%)
Balneário Camboriú	6255	1	734	2335	2330	855	51%
Bombinhas	1102	98	101	454	279	170	41%
Camboriú	2654	3	548	972	868	263	43%
Itajaí	6558	0	325	2145	3331	757	62%
Itapema	2274	0	555	528	836	355	52%
Luiz Alves	488	0	99	133	220	36	52%
Navegantes	3283	15	578	1183	1080	427	46%
Penha	1449	0	115	438	896	0	62%
Balneário Piçarras	1046	2	168	425	384	67	43%
Porto Belo	1128	0	154	474	361	139	44%
AMFRI	26237	119	3377	9087	10585	3069	52%

Fonte: Adaptado de Munic/IBGE (2023⁷).

A análise do padrão histórico de evolução evidencia que os municípios da AMFRI conseguiram elevar a proporção de funcionários com ensino superior ou pós-graduação. Destacam-se os municípios de Penha, cuja proporção se eleva de 41%, em 2006, para 62%, em 2018; Bombinhas, de 20% para 41%, e Balneário Camboriú, 31% para 51%, respectivamente. Para comparação, os dados tabulados para o mesmo ano a partir das informações disponibilizadas pela pesquisa de informações básicas estaduais mostram que 76% dos funcionários da administração pública direta estadual possuíam ensino superior ou pós-graduação, em 2018. Esse baixo grau de qualificação da administração pública municipal não dialoga com os objetivos da região, a qual aspira se tornar referência estadual em inovação, por meio da construção de um ecossistema local vibrante e disruptivo.

Gráfico 3 – Evolução na proporção de funcionários da administração direta municipal com ensino superior ou pós-graduação (%)

⁷ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. 2023. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=downloads>>. Acesso em 16 abr. 2023.



Fonte: Adaptado de Munic/IBGE⁸, anos selecionados com base na disponibilidade de dados.

Ciente do compromisso da administração pública regional com o desenvolvimento econômico local, em especial com a vocação inovadora da sociedade civil que compõe a AMFRI, o curso de administração pública busca se inserir nas iniciativas e esforços dedicados a potencializar também essa vocação local. De fato, a reforma curricular realizada possui como finalidade inseri-lo nos esforços regionais, seja ao suprir os profissionais com o conhecimento crítico necessário à governança pública local e à construção de um Sistema Regional de Inovação ativo e pujante, seja ao se inserir diretamente nas iniciativas locais. Para isso, o curso possui programas e projetos de pesquisa e extensão pensados de forma estratégica, com o objetivo de fomentar, conscientizar e dotar os alunos e a comunidade local dos conhecimentos e das aptidões indispensáveis à construção do ecossistema de inovação local e ao avanço na qualidade da governança pública local, temas entendidos como vitais ao afloramento e concretização do potencial inovador da AMFRI.

Os programas de extensão em vigor, em 2023, são os seguintes:

- **Laboratório de Inovação Social e Sustentabilidade (LISS):** possui como objetivo

⁸ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. 2023. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=downloads>>. Acesso em 16 abr. 2023.

central apoiar as inovações sociais e a sustentabilidade na região, por meio da divulgação de conceitos, projetos e ações em seminários abertos à comunidade, e da capacitação de discentes e atores da sociedade civil, por meio de oficinas. Vale salientar que a inovação social e a sustentabilidade são temas emergentes e relevantes para lidar com problemas públicos e que englobam ações do Estado, da sociedade civil e de empresas para lidar com problemas públicos complexos. Nesse sentido, o LISS visa incentivar o ecossistema de inovação, ações e projetos coletivos, e atuar como *hub* que aproxima e interliga a comunidade acadêmica e a comunidade local, atores públicos e privados, engajados em soluções criativas para problemas públicos, pela consolidação dos projetos com olhar para dentro e fora do Estado;

- **Laboratório de Indicadores de Governança Pública:** visa dotar o Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí (CESFI) de um laboratório responsável por elaborar indicadores capazes de informar e auxiliar a sociedade local, ao suprir informações técnicas relacionadas à governança pública e inovação. Assim, o projeto desenvolve indicadores qualitativos e quantitativos de acordo com as demandas da sociedade local, os quais auxiliam na formação de um senso crítico, através de uma linguagem simples e acessível, visando facilitar a divulgação de informações consideradas relevantes pela sociedade.
- **Laboratório de Inovação e Tecnologia:** objetiva gerar novos produtos e serviços ou guiar a reformulação de processos, através de melhorias que podem ser incrementais ou disruptivas. Trata-se da proposição de um espaço lúdico, onde novas soluções de negócios podem ser testadas com protótipos de baixo custo, o que contribui para que a sociedade civil adquira uma visão holística sobre os desafios a serem enfrentados, permitindo que as inovações possam ser pensadas por ângulos diferentes, mantendo sempre o usuário final no centro de todo o processo.
- **Laboratório de Participação e Controle Social:** tem como objetivo desenvolver a formação e assessoramento de membros das Organizações da Sociedade Civil (OSC) e de gestores públicos em relação ao exercício do controle social.

O curso também conta com os seguintes projetos de pesquisa:

- **Economia do acesso (compartilhada) e governança pública: uma análise para os municípios brasileiros:** possui como objetivos identificar as inovações tecnológicas, com destaque para as iniciativas de compartilhamento e inovação

existentes nos governos locais. Também visa analisar o modo como os aplicativos de compartilhamento e plataformas digitais estão sendo utilizados, os benefícios e as dificuldades observadas pelos governos locais. Além de investigar a forma como os governos locais regulamentam e estimulam a inovação no setor público e em parceria com a sociedade civil.

- **Organização pública e risco: um estudo multicaso da gestão de riscos ambientais, fiscais e da saúde em Santa Catarina:** visa compreender como os órgãos da administração pública estadual têm monitorado e controlado riscos em três áreas: saúde, meio ambiente e fiscal. O projeto investiga como a noção de risco é materializada e colocada em prática em cada uma dessas áreas ao produzir informações e protocolos para a tomada de decisão capazes de prevenir ou mitigar ameaças à consecução de políticas públicas.
- **Transparência de conselhos em cidades brasileiras: um retrato dos municípios-capitais:** objetiva analisar a transparência dos conselhos das capitais brasileiras. O projeto visa contribuir com gestores, conselheiros, sociedade civil e órgãos de controle no desenvolvimento de instrumentos de diagnóstico, avaliação e formação na área de transparência e participação social.
- **Abordagem territorial em estudos sobre capacidades estatais e governamentais:** busca examinar a história, as bases e vertentes teóricas e metodológicas dos estudos sobre “capacidades estatais” e “capacidades governamentais”, com foco em uma abordagem territorial das relações entre os níveis de governo (central e subcentrais).

Os projetos de extensão e pesquisa supracitados abrangem problemáticas cujas ações e resultados se relacionam com importantes áreas ligadas à inovação e à governança pública. Como frutos iniciais desse esforço, tem-se a integração do curso às iniciativas locais de inovação, por exemplo, por meio da presença do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) no Centro Regional de Inovação, em construção, o qual contará com estrutura física exclusiva, destinada a catalisar os esforços inovadores locais. A corrente reforma curricular, ao alinhar o processo de ensino-aprendizagem com as necessidades e demandas locais, possibilitará o aprofundamento dessa integração.

3. OBJETIVOS DO CURSO

Nesta seção apresentamos os objetivos geral e específicos do curso de Administração Pública da UDESC Balneário Camboriú.

3.1. Objetivo geral

O Curso de Bacharelado em Administração Pública da UDESC/CESFI tem como objetivo formar administradores públicos para exercício da governança de instituições municipais e regionais, com ênfase nos processos de inovação em seus diferentes âmbitos e de forma crítica.

3.2. Objetivos específicos

1. Promover o aprendizado dos alunos e capacitá-los para que, como profissionais da Administração Pública, produzam os serviços públicos com responsabilidade, nela incluída a eficiência no uso dos meios e efetividade nos serviços por meio de processos democráticos e transparentes;
2. Capacitar os alunos para realizarem as funções de planejamento, organização, direção, coordenação e controle inerentes ao administrador público;
3. Prover os conhecimentos necessários para que os alunos se transformem em profissionais aptos a articular e promover a conexão dos diversos atores e esforços para a produção de políticas públicas;
4. Preparar os alunos para que sejam capazes de inovar na intermediação entre governo, mercado e sociedade civil, na produção de serviços e políticas públicas, para resolução de problemas públicos;
5. Desenvolver no processo formativo o protagonismo do estudante para atuação em rede na identificação e resolução de problemas públicos locais e regionais, baseados em princípios éticos, na equidade e no desenvolvimento sustentável;
6. Estimular a formação de profissionais e cidadãos críticos, calcados na ciência, nos processos democráticos e na participação;
7. Fortalecer programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão na formação em Administração Pública, que incluam e envolvam governos, mercado e sociedade civil;
8. Potencializar e sustentar a excelência da formação do curso de Administração Pública e seu reconhecimento no campo.

4. PERFIL DO(A) EGRESSO(A) E ÂMBITO PROFISSIONAL

O perfil profissional do(a) egresso(a) do curso de Administração Pública do CESFI/UDESC, conforme determina as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução nº 1,

de 13 de janeiro de 2014), define-se mediante as competências e habilidades adquiridas no curso e se configura como:

1. **O(A) Tomador(a) de decisões** que ofereça soluções para problemas complexos relacionados ao interesse público tanto em questões que dizem respeito às políticas públicas quanto de natureza estratégica e operacional;
2. **O (A) Formulador(a), implementador(a) e avaliador(a)** de políticas públicas capaz de reconhecer, definir e solucionar problemas de interesse público mediante processos democráticos e republicanos calcados na participação cidadã e no diálogo;
3. **O(A) Administrador(a) público(a)** capaz de planejar e agir estrategicamente em espaços institucionais, organizacionais, estatais e não estatais;
4. **O(A) Inovador(a) e empreendedor(a)** que busca soluções com iniciativa, criatividade, criticidade e por meio de tecnologias adequadas ao processo de desenvolvimento institucional e interação organizacional
5. **O(A) Gestor(a) que planeja, dirige e controla** com foco na inovação para produção de serviços, objetivando a satisfação do interesse público;
6. **O(A) Líder, coordenador(a) e articulador(a) interorganizacional** capaz de exercer a governança pública por meio de redes, com equidade, justiça e efetividade;
7. **O(A) Gestor(a) de instituições públicas** municipais e regionais, estatais e não estatais;
8. **O(A) Pesquisador(a)** crítico(a) e analítico(a) capaz de refletir sobre processos socioeconômicos, políticos e administrativos por meio de métodos quantitativos e qualitativos.

4.1 Descrição do âmbito de atuação do(a) egresso(a)

O(A) egresso(a) do curso de Administração Pública tem como campo profissional a realização de atividades privativas da administração, especialmente aquelas que dizem respeito à governança de instituições municipais e regionais, com foco em processos de inovação, em seus diferentes âmbitos e de forma crítica. A atuação profissional do(a) administrador(a) está regulamentada pelo Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, de acordo com a Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965, e, de acordo com a DCN de 2014, contribui para a atuação em diversos âmbitos como administradores(as) ou gestores(as) públicos(as); políticos(as); formuladores(as), implementadores(as) e avaliadores(as) de políticas públicas.

5. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO – DCN

A Resolução CES/CNE nº 1 de 13 de janeiro de 2014, que estabelece as DCNs do Campo de Públicas (CP) e está anexa ao projeto, institui os princípios fundamentais que norteiam a proposta de reforma:

- I - o *ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela *res publica* e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;
- II - a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais;
- III - a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

O curso de Administração Pública da UDESC Balneário Camboriú visa a formação de administradores(as) públicos(as) para exercício da governança de instituições municipais e regionais baseada nos valores republicanos e democráticos. Assim, propõe uma formação para o exercício da governança pública norteada por princípios éticos, processos democráticos e transparentes, a partir do estudo e experiências de caráter interdisciplinar e transdisciplinar para o desenvolvimento de habilidades e competências em uma formação profissional e crítica.

Em seu artigo 4º., a DCN apresenta as habilidades e competências a serem desenvolvidas ao longo do processo formativo:

- I - reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II - apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- III - desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IV - estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- V - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- VI - expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- VII - ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

Desse modo, dentre os objetivos de formação estão o protagonismo de estudantes para atuação na resolução de problemas públicos, tanto em sua identificação e

compreensão a partir da ciência e de processos democráticos, quanto na articulação entre atores para produção de políticas públicas e inovação na intermediação entre governo, sociedade civil e setor privado. Destaca-se, assim, a formação de profissionais críticos, calcados na ciência, em processos democráticos e participativos e na inovação para a formulação, implementação, análise e avaliação de políticas públicas; para a tomada de decisão; para a liderança e articulação interorganizacional, assim como para a gestão de organizações públicas, estatais e não estatais contribuindo para a resolução de problemas públicos. Nesse sentido, a formação contempla o desenvolvimento das funções de planejamento, organização, direção, controle e coordenação, assim como da articulação e conexão entre atores, baseado em princípios éticos, no interesse público, na equidade, na justiça e na efetividade.

O art. 5º. versa sobre conteúdos e estabelece que, em linhas gerais, deve revelar uma perspectiva histórica e contextualizada, além do compromisso com valores públicos e o desenvolvimento nacional, com a redução de desigualdades e o reconhecimento de desafios quanto à diversidade regional e cultural. Com relação aos conteúdos, divididos em “formação básica” e “formação profissional”, a DCN dispõe, ainda no artigo 5, quanto aos conteúdos de formação básica:

- I - conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- II - estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação;
- III - conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação;
- IV - conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros

O curso de Administração Pública da UDESC Balneário Camboriú contempla em sua formação básica diversas áreas do conhecimento, considerando conteúdos disciplinares na matriz curricular para a compreensão do público, que passam pela compreensão das finanças públicas e da contabilidade pública, das instituições políticas brasileiras e noções de direito, assim como pelas áreas da ciência política e da administração, pelos conteúdos de comunicação e tecnologias da informação, dentre outros, totalizando 12 disciplinas do bloco de formação básica.

Já quanto aos conteúdos de formação profissional:

§ 2º Os conteúdos de formação profissional deverão incluir aqueles sobre governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de

aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

Nesse sentido, o curso propõe 23 disciplinas de formação profissional para o aprofundamento metodológico e de conteúdos especializados para a atuação do(a) administrador(a) público(a), com disciplinas de planejamento, projetos, compras, liderança e marketing no setor público, por exemplo, assim como de políticas públicas, de governança municipal, regional e ambiental, de *accountability* e de gestão de organizações da sociedade civil.

Quanto à estrutura do PPC, a DCN estabelece, corroborando as normativas da UDESC, que o PPC deve apresentar “perfil do formando, as competências e as habilidades, os componentes curriculares, a imersão profissional ou em pesquisa, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica, além do regime acadêmico de oferta” em seu artigo 6º. O artigo, em seu primeiro parágrafo, descreve:

§ 1º O projeto pedagógico do curso deverá abranger, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

X - concepção e composição das atividades complementares; e

XI - inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sob as modalidades: monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

A DCN estabelece também diretrizes para o incentivo à pesquisa e de atividades complementares, e o artigo de número 7 da DCN estabelece que o projeto pedagógico do curso deverá disciplinar sobre o estágio supervisionado, sob várias formas, desde estágio propriamente dito até a imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, e o 9º. artigo versa sobre o TCC enquanto componente curricular obrigatório, devendo constar do projeto pedagógico do curso, descrevendo suas características em regulamento próprio. Esses elementos são contemplados ao longo do projeto em tela em seções específicas.

Há que se destacar que “a carga horária mínima do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, é de 3.000 horas, nos termos da Resolução CNE/CES nº 2, de 2007”, cfe. Artigo 11º. e que na UDESC a hora-aula é de 50 minutos, implicando,

então, um acréscimo de 20% na hora-mínima do curso, cfe. Resolução 025/2006 CONSEPE em seu artigo 3º, totalizando o mínimo de 3600 horas.

Destaca-se, por fim, que o curso vigente já atende às recomendações da Diretriz supracitada e que a reforma para adequar a curricularização da extensão traz melhorias incrementais para o curso orientadas pela DCN e outras normativas internas e externas à instituições. A adequação e correspondência à DCN (Resolução n º 1 de janeiro de 2014) e outras legislações na proposta do PPC pode ser vista no Quadro 2 deste documento.

6. ESTRUTURA CURRICULAR

A matriz curricular vigente atende às seguintes diretrizes:

- Utiliza 18 horas-aula correspondentes a um crédito;
- Respeita a carga horária mínima de 3600 horas;
- Estabelece 10% da carga horária total para estágio supervisionado, correspondente a 288 horas;
- Atende às exigências das Diretrizes Curriculares do Curso de Administração;
- Estabelece a carga horária em Atividades Complementares em 8% da carga horária total do curso.

Quadro 1 – Matriz curricular

Distribuição da Matriz	Créditos	Carga Horária
Total em disciplinas obrigatórias	152	2.736
Total em disciplinas optativas	8	144
Total em disciplinas eletivas	0	0
Trabalho de Conclusão de Curso	8	144
Estágio Curricular Supervisionado	16	288
Atividades Complementares	16	288
Total geral	200	3.600

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para cada disciplina a seguir relacionada são indicadas as quantidades de créditos, número de aulas teóricas (T), aulas práticas (P), número de turmas (NT), ocupação docente (O.D), horas-aula (H/A) e núcleos de Conteúdos de Formação Básica (B), Conteúdos de Formação Profissional (P), Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (MQT) e Conteúdos de Formação Complementar (FC), conforme detalhamento abaixo por fase.

6.1 Matriz curricular

1ª Fase

Disciplina Obrigatória	Créditos	T	P	N.T.	O.D.	H/A	Núcleo	Pré-requisito
Administração Pública e Governança	4	4	0	1 / 0	4	72	P	
Direito Constitucional	4	4	0	1 / 0	4	72	B	
Matemática	4	4	0	1 / 0	4	72	MQT	
Sociologia	4	4	0	1 / 0	4	72	B	
Filosofia e Ética	4	4	0	1 / 0	4	72	B	
Tecnologia básica de Informação e de Comunicação na Governança Pública	4	2	2	1 / 0	4	72	MQT	
	24				24	432		

2ª Fase

Disciplina Obrigatória	Créditos	T	P	N.T.	O.D.	H/A	Núcleo	Pré-requisito
Teorias de Administração Pública	4	4	0	1 / 0	4	72	P	
Metodologia Científica e da Pesquisa	2	1	1	1 / 0	2	36	MQT	
Psicologia Social	4	4	0	1 / 0	4	72	B	
Estatística	4	2	2	1 / 0	4	72	MQT	
Finanças Públicas	4	2	2	1 / 0	4	72	P	
Relações Interinstitucionais na Governança Pública	2	2	0	1 / 0	2	36	P	
	20				20	360		

3ª Fase

Disciplina Obrigatória	Créditos	T	P	N.T.	O.D.	H/A	Núcleo	Pré-requisito
Planejamento e alocação de recursos em governança pública	4	2	2	1 / 0	4	72	P	
Fundamentos da teoria econômica	4	2	2	1 / 0	4	72	B	
Ciência Política e Democracia	4	4	0	1 / 0	4	72	B	
Orçamento público para a governança pública municipal e regional	4	2	2	1 / 0	4	72	B	
Direito Administrativo	4	4	0	1 / 0	4	72	B	
	20				20	360		

4ª Fase

Disciplina Obrigatória	Créditos	T	P	N.T.	O.D.	H/A	Núcleo	Pré-requisito
Contabilidade pública na administração pública municipal	4	2	2	1 / 0	4	72	B	
Relações de trabalho em organizações públicas municipais e sociais	4	4	0	1 / 0	4	72	P	
Liderança e formação de redes na governança pública	4	4	0	1 / 0	4	72	FC	

Regionalidade, sustentabilidade e desenvolvimento de territórios	4	4	0	1 / 0	4	72	FC	
Governança Pública Municipal e Regional I	4	2	2	1 / 0	4	72	P	
	20				20	360		

5ª Fase

Disciplina Obrigatória	Créditos	T	P	N.T.	O.D.	H/A	Núcleo	Pré-requisito
Políticas Públicas e Regionalidade	4	2	2	1 / 0	4	72	FC	
Processos licitatórios na administração pública municipal	4	2	2	1 / 0	4	72	P	
Educação e sensibilização ambiental	4	4	0	1 / 0	4	72	FC	
Economia brasileira	4	4	0	1 / 0	4	72	B	
Administração de materiais e de patrimônio na administração pública municipal	4	2	2	1 / 0	4	72	P	
	20				20	360		

6ª Fase

Disciplina Obrigatória	Créditos	T	P	N.T.	O.D.	H/A	Núcleo	Pré-requisito
Processos de negociação em governança pública	4	2	2	1 / 0	4	72	FC	
Gestão social em espaços regionais e locais	4	4	0	1 / 0	4	72	FC	
Desenvolvimento institucional e de comunidades	4	4	0	1 / 0	4	72	FC	
Governança Pública Municipal e Regional II	4	4	0	1 / 0	4	72	P	
Mobilidade em espaços urbanos	4	2	2	1 / 0	4	72	FC	
	20				20	360		

7ª Fase

Disciplina Obrigatória	Créditos	T	P	N.T.	O.D.	H/A	Núcleo	Pré-requisito
Metodologias para elaboração e implantação de projetos	4	2	2	1 / 0	4	72	FC	
Trabalho de Conclusão de Curso I	4	2	2	1 / 0	4	72	FC	
Comunicação e Marketing na Governança Pública	4	2	2	1 / 0	4	72	P	
Racionalização e organização do trabalho na administração pública municipal	4	4	0	1 / 0	4	72	P	
Disciplina Optativa I	4	4	0	1 / 0	4	72	OPT	
Estágio Curricular Supervisionado I	10	0	10	1 / 0	0	180	FC	
	30				20	540		

8ª Fase

Disciplina Obrigatória	Créditos	T	P	N.T.	O.D	H/A	Núcleo	Pré-requisito
Práticas de controle social e <i>accountability</i> na governança pública	4	2	2	1 / 0	4	72	FC	
Sistemas de informação para governo aberto	4	2	2	1 / 0	4	72	MQT	
Implementação de serviços públicos	4	2	2	1 / 0	4	72	P	
Inovação e empreendedorismo em sistemas de governança pública	4	2	2	1 / 0	4	72	FC	
Disciplina Optativa II	4	4	0	1/0	4	72	OPT	
Trabalho de Conclusão de Curso II	4	2	2	1 / 0	4	72	FC	
Estágio Curricular Supervisionado II	6	0	6	1 / 0	0	108	FC	
	30					24	540	

Matriz curricular de disciplina optativas

Ordem	Disciplina Optativa	Créd.	T	P	NT	O.D.	H/A	Núcleo de Formação	Pré-requisitos
1	Análise e produção textual	4	2	2	1	4	72	CE	
2	Matemática financeira	4	2	2	1	4	72	CE	
3	LIBRAS	2	2	0	1	2	36	CE	
4	Tópicos Especiais em Políticas Públicas	4	4	0	1	4	72	OPT	
5	Tópicos Especiais em Estudos Organizacionais	4	4	0	1	4	72	OPT	
6	Tópicos Especiais em Inovação Social	4	4	0	1	4	72	OPT	
7	Tópicos Especiais em Contabilidade e Controladoria	4	4	0	1	4	72	OPT	
8	Tópicos Especiais em Administração e Governança Pública	4	4	0	1	4	72	OPT	
9	Tópicos Especiais em Economia e Desenvolvimento	4	4	0	1	4	72	OPT	
10	Tópicos Especiais em Sociologia Política	4	4	0	1	4	72	OPT	

7. MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA

A matriz curricular está orientada pela DCN, sendo indicadas as quantidades de créditos por fase, carga horária teórica (TE), aulas práticas (PR), carga horária extensionista (EX) e carga horária total (TO). Além disso, a matriz indica o número de turmas (NT) – não havendo previsão de divisão de turmas no curso de Administração Pública. Destaca-se, ainda, que há pré-requisito apenas para o TCC II. As áreas de conhecimento estão apresentadas conforme Capes e CNPq e os eixos apresentados conforme DCN: Conteúdos de Formação Básica (FB) e Conteúdos de Formação Profissional (FP), além dos Conteúdos de Formação Complementar (FC), conforme detalhamento abaixo por fase.

O estudante de administração pública deverá cumprir 120 créditos em disciplinas obrigatórias; 12 créditos em disciplinas optativas (EaD); 24 créditos no Trabalho de Conclusão de Curso; 16 créditos em Estágio Curricular Supervisionado; 8 créditos em atividades complementares; 16 créditos em disciplinas mistas; e 4 créditos em Unidade Curricular de Extensão. O Curso apresenta um rol de 13 disciplinas optativas, todas de 04 créditos, visando complementação dos estudos e aprofundamento em áreas temáticas. Será possível a oferta de optativas na modalidade EaD, tendo em vista a possibilidade de aproximar os trabalhos de conclusão de curso com temáticas emergentes do campo. Ainda que estejam apresentadas na matriz na oitava fase, as disciplinas poderão ser cursadas em outro momento do percurso formativo, já que não apresentam pré-requisitos.

Fase	Disciplina	Créditos				Número de Turmas		CH Docente por Disciplina**	Pré-requisito	Eixos Núcleos	Área de conhecimento
		TE	PR	EX	TO*	TE	PR				
1ª	Introdução à Administração Pública	4	0	0	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
1ª	Sociologia Política	4	0	0	4	1	0	72	-	FB	CIÊNCIAS HUMANAS
1ª	Metodologia da pesquisa	4	0	0	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
1ª	Matemática	4	0	0	4	1	0	72	-	FB	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
1ª	Noções de Direito para o Administrador Público	4	0	0	4	1	0	72	-	FB	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Subtotal		20	0	0	20	5	0	360	-	-	-
2ª	Teorias de Administração Pública	4	0	0	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
2ª	Comportamento Organizacional	4	0	0	4	1	0	72	-	FB	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
2ª	Gestão de Processos e estruturas organizacionais	2	0	2	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
2ª	Estatística I	2	0	2	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
2ª	Fundamentos da Teoria Econômica	4	0	0	4	1	0	72	-	FB	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Subtotal		16	0	4	20	5	0	360	-	-	-

3ª	Administração Pública e Governança	4	0	0	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
3ª	Planejamento Público	2	0	2	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
3ª	Ciência Política e Democracia	4	0	0	4	1	0	72	-	FB	CIÊNCIAS HUMANAS
3ª	Finanças Públicas	4	0	0	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
3ª	Contabilidade Pública	4	0	0	4	1	0	72	-	FB	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Subtotal		18	0	2	20	5	0	360	-	-	-
4ª	Governança Pública Municipal	2	0	2	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
4ª	Gestão de conflitos e liderança	4	0	0	4	1	0	72		FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
4ª	Instituições Políticas Brasileiras	4	0	0	4	1	0	72	-	FB	CIÊNCIAS HUMANAS
4ª	Orçamento Público	4	0	0	4	1	0	72	-	FB	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
4ª	Governo, sociedade civil e democracia	4	0	0	4	1	0	72	-	FB	CIÊNCIAS HUMANAS
Subtotal		18	0	2	20	5	0	360	-	-	-
5ª	Governança Pública Regional	4	0	0	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

5ª	Gestão de Organizações da Sociedade Civil	2	0	2	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
5ª	Gestão estratégica de pessoas em organizações públicas e sem fins lucrativos	4	0	0	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
5ª	Gestão de Projetos Públicos	2	0	2	4	1	0	72	-	FB	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
5ª	Marketing no setor público	2	0	2	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
5ª	Estágio Curricular Supervisionado	16	0	0	16	0	0	0*	-	FC	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Subtotal		30	0	6	36	5	0	360	-	-	-
6ª	Governança Ambiental e Territorial	4	0	0	4	1	0	72	-	FP	MULTIDISCIPLINAR
6ª	Práticas de <i>accountability</i> no setor público	2	0	2	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
6ª	Gestão de compras públicas e contratos	4	0	0	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
6ª	Políticas Públicas	4	0	0	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS HUMANAS
6ª'	Economia da Inovação	4	0	0	4	1	0	72	-	FB	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Subtotal		18	0	2	20	5	0	360	-	-	-

7ª	Inovação no setor público	4	0	0	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
7ª	Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)	4	0	0	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
7ª	Implementação de Políticas Públicas	4	0	0	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS HUMANAS
7ª	Governo Aberto e Transformação digital	4	0	0	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
7ª	Tomada de decisão e problemas públicos complexos	4	0	0	4	1	0	72	-	FP	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Subtotal		20	0	0	20	5	0	360	-	-	-
8ª	Optativa I (EAD)	4	0	0	4	1	0	72	-	OPT	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
8ª	Optativa II (EAD)	4	0	0	4	1	0	72	-	OPT	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
8ª	Optativa III (EAD)	4	0	0	4	1	0	72	-	OPT	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
8ª	Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)	20	0	0	20	0	0	0*	Trabalho de Conclusão de Curso I; Estágio Curricular Supervisionado	FC	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Subtotal		32	0	0	32	3	0	216	-	-	-
Subtotal		172	0	16	188	38	0	2736	-	-	-
Unidade Curricular de Extensão (UCE)		0	0	4	4	0	0	0	-	FC	-

Atividades Complementares	0	8	0	8	0	0	0	-	FC	
Total	172	8	20	200	38	0	2736	-	-	-

**Carga horária que não impacta em encargos docentes no PPC.*

Matriz curricular de disciplina optativas

Ordem	Disciplina Optativa	Créd.				NT		CH Docente	Pré-requisitos	Eixos/Núcleos	Área de Conhecimento
		TE	PR	EX	TO	TE	PR				
1	Estatística II	4	0	0	4	1	0	72	-	Formação Profissional	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
2	Matemática financeira	4	0	0	4	1	0	72	-	Formação Profissional	CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
3	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	4	0	0	4	1	0	72	-	Formação Básica	LINGUÍSTICA E LITERATURA
4	Tópicos Especiais em Políticas Públicas	4	0	0	4	1	0	72	-	Formação Profissional	CIÊNCIAS HUMANAS
5	Tópicos Especiais em Estudos Organizacionais	4	0	0	4	1	0	72	-	Formação Profissional	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
6	Tópicos Especiais em Inovação Social e em Governo	4	0	0	4	1	0	72	-	Formação Profissional	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

7	Tópicos Especiais em Contabilidade e Controladoria	4	0	0	4	1	0	72	-	Formação Básica	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
8	Tópicos Especiais em Administração e Governança Pública I	4	0	0	4	1	0	72	-	Formação Básica	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
9	Tópicos Especiais em Administração e Governança Pública II	4	0	0	4	1	0	72	-	Formação Básica	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
10	Tópicos Especiais em Administração e Governança Pública III	4	0	0	4	1	0	72	-	Formação Básica	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
11	Tópicos Especiais em Economia e Desenvolvimento	4	0	0	4	1	0	72	-	Formação Básica	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
12	Tópicos Especiais em Teoria Política	4	0	0	4	1	0	72	-	Formação Básica	CIÊNCIAS HUMANAS
13	Tópicos Especiais em Formação do Estado e Pensamento Político Brasileiro	4	0	0	4	1	0	72	-	Formação Básica	CIÊNCIAS HUMANAS

7.1 Discriminação da carga horária total de docente e discente

Discriminação da carga horária	Total
*Carga horária total do curso para discente	3600
**Total da carga horária docente por disciplina	2736

7.2 Resumo da carga horária do curso e discriminação da carga horária em percentuais na matriz curricular

Distribuição da matriz curricular		Créditos	Carga Horária	Percentuais
Total em Disciplinas Obrigatórias		120	2160	60%
Total em Disciplinas Optativas EAD		12	216	6%
Trabalho de Conclusão de Curso		24	432	12%
Estágio Curricular Supervisionado		16	288	8%
Atividades Complementares (percentual a ser definido pelo curso)		8	144	4%
Atividades Curriculares de Extensão	Disciplinas Mistas	16	288	8%
	Unidade Curricular de Extensão (UCE) – Atividade Extensionistas	4	72	2%
Total Geral		200	3600	100%

7.3 Estudo do impacto docente

O estudo do impacto docente na base proposta refere-se apenas ao número de professores para prover a implantação do PPC. Não se prevê carga horária administrativa, afastamentos, licenças, pós-graduação e demais situações que implicam em ampliação de carga horária docente.

Centro	CESFI
Curso / Departamento	Administração Pública / Departamento de Governança Pública
Resolução que aprovou o PPC	Resolução no. 069/2013 – CONSUNI
Entrada (semestral ou anual)	40
Carga horária total curso	3600
Carga horária docente (observadas as divisões de turmas)	2736
Nº docentes (previstos no cálculo do impacto docente) *	13 ⁹
Nº docentes efetivos lotados por departamento **	11
Diferença a contratar***	2

* Considera-se para o cálculo do impacto docente de todos os cursos de graduação da UDESC, desde 2006, a média de 12 horas de ensino (Resolução nº. 029/2009-CONSUNI) e o valor do crédito de 18 horas (Resolução nº. 025/2006-CONSEPE).

** Número de docentes efetivos lotados por departamento.

⁹ Para o cálculo de impacto docente, observa-se a carga horária de 2736 h/a dividida por 12 = 228 h/a por professor. Ao considerar o crédito de 18 horas (228 h/a dividido por 18), temos a necessidade de 12,66 professores.

*** Diferença a contratar para completar o número previsto no cálculo de impacto docente.

A partir do cálculo de professores para compor a Carga Horária, serão necessários 13 professores no curso de Administração Pública da UDESC Balneário Camboriú, tendo em vista que, como departamento carreiro-cêntrico, um professor do Departamento estará sempre na função de coordenador. O coordenador é eleito a cada dois anos e exerce as funções estabelecidas pelo regimento da UDESC. A Chefia de Departamento é função eletiva, com mandato de 2 (dois) anos de acordo com o regimento. Os aspirantes aos cargos de Chefe e Subchefe de Departamento integram a carreira do Magistério Superior da UDESC, lotados no Departamento, a qual exercem o cargo em regime de dedicação integral. A Chefia de Departamento possui as seguintes competências, dentre outras:

- Administrar e representar o Departamento;
- Organizar e supervisionar as atividades do Departamento;
- Coordenar a elaboração do Plano de Atividades do Departamento;
- Propor, dentre os professores do Departamento, os que devem exercer tarefas docentes em substituição;
- Prever as necessidades do Departamento, em termos de recursos humanos e outros, para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- Acompanhar o desempenho da ocupação dos docentes;
- Coordenar a revisão dos planos, programas e projetos;
- Promover articulação com os demais Departamentos, com os Colegiados, Comissões e a Direção do Centro;
- Analisar os pedidos de validação e transferência;
- Decidir, *ad referendum*, em casos de urgência, sobre matéria de competência do Departamento.

8. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

1ª FASE

Disciplina: Introdução à Administração Pública

Ementa: Conceitos e fundamentos introdutórios da Administração Pública. Organização: conceito e elementos constitutivos. A esfera pública e a produção do bem público. Funções administrativas na administração pública. História da administração pública no Brasil e os atores e redes de produção do bem público. Campo de Públicas: processo histórico de constituição e áreas de atuação do administrador público.

Bibliografia Básica:

KEINERT, T. M. M. **Administração pública no Brasil**. São Paulo: Annablume: Edusp, 2000.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de administração pública**: foco nas instituições e ações governamentais. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, C. S. dos. **Introdução a gestão pública**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Proposta de modelos para a coprodução do bem público a partir das tipologias de participação. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpad, 2010. p. 1-17. Disponível em: http://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MTE3NjY=. Acesso: 6 mar. 2023.

KLEIN JR., V.; SALM, J. F.; HEIDEMANN, F. G.; MENEGASSO, M. E. Participação e coprodução em política habitacional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 25-48, jan./fev. 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7074/5630>. Acesso em: 6 mar. 2023.

RONCONI, L. Governança pública: um desafio à democracia. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 21-34, 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1696/2349>. Acesso em: 6 mar. 2023.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-69, mar./abr. 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6691/5274>. Acesso em: 6 mar. 2023.

TORRES, M. D. de F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Disciplina: Sociologia Política

Ementa: Sociologia política: a articulação entre a perspectiva societária e a perspectiva político-institucional nos estudos sobre fenômenos políticos. Teorias sociológicas, precursoras, fundadoras e contemporâneas: o Estado, a burocracia, o poder e a política como objetos do conhecimento. Questões metodológicas de sociologia política. Temas emergentes da sociologia política no século XXI e sua relação com a administração pública: relações étnico-raciais, gênero e direitos humanos.

Bibliografia básica:

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BERGER, P. L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

Bibliografia complementar:

BAUMAN, Z.; MAY, T. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Sistema de governo e políticas públicas. Brasília, Enap. 2019.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim, Weber. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. *E-book*.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 161, 1992.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa

Ementa: A Pesquisa científica e a produção de conhecimento científico. A pesquisa científica em cursos de Administração Pública: abordagens, tipos e orientações metodológicas. O projeto de pesquisa: estruturas e etapas para elaboração, desenvolvimento, análise e apresentação dos resultados.

Bibliografia básica:

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia complementar:

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, C. de M. **Como redigir e apresentar um trabalho científico**. São Paulo: Pearson, 2011.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2021.

PEREIRA, M. Go. **Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

VOLPATO, G. L. **Ciência: da filosofia à publicação**. 7. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019.

Disciplina: Noções de Direito para o Administrador Público

Ementa: A administração pública e o direito. O Direito Constitucional: princípios fundamentais, direitos e organização do Estado. Direito Administrativo: conceito, fundamentos, princípios da administração pública; processo administrativo. Poderes e deveres do administrador público. Regime jurídico-administrativo. Atos administrativos. Responsabilidade civil e crimes contra a administração pública.

Bibliografia básica:

MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. **Curso de direito constitucional**. 10. ed., rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

MELLO, C. A. B. de. **Curso de direito administrativo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MEIRELLES, H. L.; AZEVEDO, E. de A.; ALEIXO, D. B.; BURLE FILHO, J. E. **Direito administrativo brasileiro**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

Bibliografia complementar:

SILVA, J. A. da. **Curso de direito constitucional positivo**. 38. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

TAVARES, A. R. **Curso de direito constitucional**. 12. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

JUSTEN FILHO, M. **Curso de direito administrativo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PESTANA, M. **Direito administrativo brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Disciplina: Matemática

Ementa: Funções: gráficos, inversão e composição. Retas: equações, posições relativas e aplicações na administração. Introdução ao estudo de aplicações de matrizes. Matemática Discreta.

Bibliografia básica:

HAZZAN, S.; POMPEU, J. N. **Matemática financeira**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SILVA, S. M. da; SILVA, E. M. da; SILVA, E. M. da. **Matemática para cursos de economia, administração, ciências contábeis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1.

TAN, S. T. **Matemática aplicada à administração e economia**. São Paulo: Pioneira, 2001.

Bibliografia complementar:

GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. **Matemática para administração**. Rio de Janeiro LTC 2002

HARIKI, S.; ABDOUNUR, O. J. **Matemática aplicada: administração, economia, contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 1999.

LEITE, Angela. **Aplicações da matemática administração, economia e ciências contábeis**. 2. São Paulo Cengage Learning 2015.

MUROLO, A. C.; BONETTO, G. A. **Matemática aplicada a administração, economia e contabilidade**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

LAPA, N. **Matemática Aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2012. *E-book*.

2ª FASE

Disciplina: Teorias de Administração Pública

Ementa: Teorias clássicas e história do pensamento administrativo. Modelos e metáforas organizacionais. Burocracia e sistemismos. Teorias de administração pública e reformas administrativas. Patrimonialismo. A administração pública como campo de estudo. Reformas, burocracias e gerencialismos. Modelos participativos e novas formas organizacionais. Tendências em teorias de administração pública.

Bibliografia básica:

DENHARDT, R. B.; CATLAW, T. J. **Teorias da administração pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996

PEREIRA, L. C. B.; SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Bibliografia complementar:

ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos ENAP**, 1997. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/556>. Acesso em: 6 mar. 2023.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CROZIER, M. **O fenômeno burocrático**: ensaio sobre as tendências burocráticas dos sistemas de organização modernos e suas relações na França, com o sistema social e cultural. Brasília, DF: UnB, 1981. v. 2.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 43, p. 347-369, mar/abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/ptr6WM63xtBVpfvK9SxJ4DM/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 06 mar. 2023.

Disciplina: Comportamento Organizacional

Ementa: Comportamento organizacional: origens, enfoques, área de abrangência e aplicação; Crenças, julgamentos e processo de decisão; Política, poder e conflito nas organizações; Cultura e comportamento em grupo e nas organizações; Interação social: comportamentos, atitudes, conformidade, persuasão, estigmas e estereótipos.

Bibliografia básica:

BERGUE, S. T. **Comportamento organizacional**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10400506032012Comportamento_Organizacional_Aula_1.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

MYERS, D. **Psicologia Social**. 10 ed. São Paulo: AMGH, 2014.

ROBBINS, S. P.; SOBRAL, F.; JUDGE, T. **Comportamento organizacional**: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Makron Books, 2010.

Bibliografia complementar:

BOWDITCH, James L; BUONO, Anthony F. **Elementos de comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CLEGG, S. **Administração e organizações**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

FOUCAULT, M.; MOTTA, M. B. de (org.). **Estratégia, poder-saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M.P. **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

MOTTA, F. P. Organizações e sociedade: a cultura brasileira. **Organizações & Sociedade**, v. 7, n. 19, p. 13-17, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10515>. Acesso em: 29 mar. 2023.

Disciplina: Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais

Ementa: Estudo das organizações e dos seus sistemas funcionais nas dimensões estrutural e processual com vistas ao seu funcionamento racional a fim de que se possam alcançar os objetivos institucionais com eficiência e eficácia. Estudo de conceitos e técnicas de organização visando a otimização do processo gerencial através do desenvolvimento de habilidades de análise para diagnóstico e formulação de soluções de problemas organizacionais. Adequação de estruturas e métodos de trabalho voltados para as demandas dos ambientes interno e externo. Teoria de Sistemas Aplicada. Estruturas Organizacionais. Departamentalização. Gestão de Processos. Rotinas. Fluxogramas. Formulários. Arranjo Físico. Atividades Extensionistas.

Bibliografia básica:

CURY, A. **Organização e métodos**: uma visão holística. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. *E-book*.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas, organização & métodos**: uma abordagem gerencial. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SOBRAL, F.; PECCI, A. **Administração**: teoria e prática no contexto brasileiro. 2. ed. São Paulo: Pearson: Prentice Hall, 2013.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, L. C. G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017. v. 2.

ARAÚJO, L. C. G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2011. v. 1.

HARRINGTON, H. J. **Aperfeiçoando processos empresariais**. São Paulo: Makron Books, 1993.

KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças. **Gestão pública**: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas.

PRADELLA, Simone. **Gestão de processos** da teoria à prática. Rio de Janeiro Atlas 2012.

Disciplina: Estatística I

Ementa: Amostragem. Distribuição de frequências. Medidas de tendência e dispersão. Probabilidade. Análise Exploratória. Contingência. Dispersão. Séries Temporais. Números índices. Atividades Extensionistas.

Bibliografia básica:

MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. de O. **Estatística básica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LARSON, R.; FARBER, E. **Estatística aplicada**. 4. ed. São Paulo: Pearson: Prentice Hall, 2010.

McCLAVE, J. T., BENSON, P. G., SINCICH, T. **Estatística para administração e economia**. 10. ed. São Paulo: Pearson: Prentice Hall, 2009.

Bibliografia complementar:

ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A.; CAMM, J. D.; COCHRAN, J. J. **Estatística aplicada a administração e economia**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 6. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2006.

DOANE, D. P.; SEWARD, L. E. **Estatística aplicada à administração e Economia**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

FREUND, J. E. **Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade**. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

KAZMIER, L. J. **Estatística aplicada à administração e economia**. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2007.

Disciplina: Fundamentos da Teoria Econômica

Ementa: Conceitos econômicos básicos. Teoria da firma e do consumidor, derivação da curva de oferta e de demanda. Equilíbrio de mercado, elasticidade e tributação. Principais pensadores econômicos. Teorias do desenvolvimento econômico regional. Mudança estrutural. Políticas produtivas e desenvolvimento econômico local.

Bibliografia básica:

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2003.

PASSOS, C. R. **Princípios de economia**. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 2012.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2006.

Bibliografia complementar:

BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia*. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

LEITE, J. A. *A Macroeconomia: Teoria, Modelos e Instrumentos de Política Econômica*, Atlas, São Paulo, 1994.

MANKIWI, N. Gregory. *Macroeconomia*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad101.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

OLIVEIRA, R. D.; GENNARI, A. M. **História do pensamento econômico**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

3ª FASE

Disciplina: Administração Pública e Governança

Ementa: Governança pública e os modelos de administração pública. Governança pública: contexto histórico, conceitos e principais teorias. Governança como rede difusa na produção de serviços públicos. A governança e os tipos de coprodução do bem público. A coordenação governamental dos processos de governança pública. Políticas públicas, participação política e governança pública. Panorama internacional de sistemas de governança e administração pública

Bibliografia básica:

MATIAS-PEREIRA, J. **Governança no setor público**. São Paulo: Atlas, 2010.

MATOS, F.; DIAS, R. **Governança no setor público: novo arranjo de governo**. Campinas: Alínea, 2013.

PROCOPIUCK, M. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar:

SISK, T. D. et al. **Democracia em nível local: manual de participação, representação, gestão de conflito e governança do International IDEA**. Curitiba: Atuação, 2015.

BEVIR, M. **A theory of governance**. Berkeley: Los Angeles, CA: University of California Press, 2013.

NARDES, A.; ALTOUNIAN, C. S.; VIEIRA, L. A. G. **Governança pública: o desafio do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SLOMSKI, V. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008. *E-book*.

BENTO, L. V. **Governança e governabilidade na reforma do Estado**: entre eficiência e democratização. Barueri, SP: Manole, 2003. *E-book*.

Disciplina: Planejamento Público

Ementa: Conceitos básicos. Gênese do planejamento na esfera pública e trajetória do planejamento governamental no Brasil. Principais metodologias e instrumentos de Planejamento. Planejamento estratégico no setor público. Experiências recentes de planejamento. A centralidade dos Planos Plurianuais no atual modelo de planejamento brasileiro: avanços e desafios. Metodologias de planejamento participativo. Atividades extensionistas.

Bibliografia básica:

GUERRA, A. et al. (org.). **Planejamento público e gestão por resultados**: uma experiência municipal aplicada. São Paulo: Hucitec, 2016.

MINTZBERG, H. **O processo da estratégia**: conceitos, contextos e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégias**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Bibliografia complementar:

REZENDE, D. A.; CASTOR, B. V. J. **Planejamento estratégico municipal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

BURIOL, J. **Planejamento estratégico municipal**: comece pelo diagnóstico. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2005.

PEREZ, M. A. **Administração Pública democrática**: institutos de participação popular na Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

MINTZBERG, H. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MÜLLER, C. J. **Planejamento estratégico, indicadores e processos**: uma integração necessária. São Paulo: Atlas, 2014.

Disciplina: Ciência Política e Democracia

Ementa: Conceitos basilares da ciência política. As principais correntes de análise da ciência política no século XX e XXI. Estrutura do Estado, poder político e a sociedade civil

como fenômenos modernos. Concepções contemporâneas de Estado e democracia. Regimes políticos, formas de Estado e sistemas de governo. Os partidos políticos e sistemas eleitorais. Dilemas da democracia e direitos humanos no século XXI.

Bibliografia básica:

DIAS, R. **Ciência Política**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. *E-book*.

DAHL, R. A. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília, DF: UnB, 2007.

Bibliografia complementar:

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BONAVIDES, P. **Ciência política**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

CUNNINGHAM, F. **Teorias da democracia: uma introdução crítica**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LIJPHART, A. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

Disciplina: Finanças Públicas

Ementa: Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Falhas de mercado. Tributação e gasto público. Finanças públicas no Brasil. Política fiscal e monetária. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Finanças públicas e política fiscal nos estados e municípios. Tabulação de dados fiscais. Elaboração e análise de indicadores de finanças pública locais.

Bibliografia básica:

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

REZENDE, F. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RIANI, F. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

Bibliografia complementar:

ARVATE, P. R. **Economia no Setor Público do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FILELLINI, A. **A economia do setor público**. São Paulo: Atlas, 1990.

BIDERMAN, C.; ARVATE, P. R. **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BALEEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. 14 ed. Rio:Forense, 2004.

MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil. 6. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: Contabilidade Pública

Ementa: Receita e despesa pública. Campo de aplicação da contabilidade pública. Lançamentos contábeis. Plano de Contas. Balanços. Inventário. Patrimônio público. Controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Fiscalização Financeira e Orçamentária. Dívida.

Bibliografia básica:

ANDRADE, N. de A. **Contabilidade pública na gestão municipal**: métodos com base nas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ARAÚJO, I. da P. S.; ARRUDA, D. G. **Contabilidade pública**: da teoria à prática. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 9. ed. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2021. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943. Acesso em: 9 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 1, 5 maio 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF., p. 2745, 23

março 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 17 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.1128/08. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público** – NBCT 16. Brasília: CFC, 2008. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf. Acesso em 17 mar. 2023.

4ª FASE

Disciplina: Governança Pública Municipal

Ementa: O município na realidade brasileira. Descentralização e autonomia municipal. A relação do município com os poderes da esfera estadual e federal. Competência Municipal. Serviços públicos municipais. As estratégias de produção dos serviços públicos na esfera do município. O Poder Executivo municipal: estrutura e competências. O Poder Legislativo municipal: estrutura e processo legislativo. Atividades Extensionistas.

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias na administração pública**: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada. 12. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2019.

MIRSHAWKA, V. **A luta pela qualidade na administração pública com ênfase na gestão municipal**. São Paulo: DVS, 2014.

VERGARA, S. C., CORRÊA, V. L. A. (org.) **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, N. de A. **Contabilidade pública na gestão municipal**: métodos com base nas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Relações Institucionais. **Apoio à gestão municipal**: orientações para o gestor municipal: início de mandato. Brasília, DF: [s.n.], 2013.

MARTINS, M. A. **Administração pública municipal**: um guia prático e objetivo com soluções e iniciativas simples, sobre temas relevantes a serem abordados pelos gestores municipais, para uma administração pública mais eficiente e eficaz. Florianópolis: Insular, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000091/000091fe.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.

MEYER, B. **Parcerias Público-Privadas**: Uma estratégia governamental. São Paulo: Actual, 2021.

SUNDFELD, C. A. (coord.). **Parcerias público-privadas**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

Disciplina: Gestão de Conflitos e Liderança

Ementa: Estudos sobre liderança: tipologias e conceitos. Os desafios da liderança no contexto das organizações e instituições públicas; liderança política e a política da liderança; negociação, conceitos e princípios; resolução de conflitos na esfera pública; gestão de conflitos organizacionais e territoriais; métodos alternativos de resolução de conflitos, mediação, conciliação, arbitragem.

Bibliografia básica:

LEWICKI, J.; SAUNDERS, D.; MINTON, J. **Fundamentos da negociação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

OROFINO, M. A. **Liderança para a inovação**: como aprender, adaptar e conduzir a transformação cultural nas organizações. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021. *E-book*.

SOUZA, L. M. de; OLIVEIRA, I. L. G. de. **Resolução consensual de conflitos coletivos envolvendo políticas públicas**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

Bibliografia complementar:

BRILLO, J. **Liderança inovadora**: como se destacar em ambientes de mudanças. São Paulo: Expressa, 2020. *E-book*.

DRUMMOND, V. S. **Confiança e liderança nas organizações**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012. *E-book*.

FISHER, R.; URY, W.; PATTON, B. **Como chegar ao sim**: como negociar acordos sem fazer concessões. 3. ed. Rio de Janeiro: Solomon, 2014.

FIGUEIRA JR., J. D. F. **Arbitragem**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. *E-book*.

SALLES, C. A. de; LORENCINI, M. A. G. L.; SILVA, P. E. A. da. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. *E-book*.

Disciplina: Instituições Políticas Brasileiras

Ementa: Origem e formação das instituições políticas brasileiras. Organização político-administrativa do Estado brasileiro pós-1988. Instituições políticas em nível nacional e subnacional. Democracia e direitos de cidadania no Brasil. Partidos, eleições e voto. Relações entre executivo, legislativo e judiciário. Federalismo, relações federativas e governo local. Instituições representativas: a política e a burocracia.

Bibliografia básica:

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Unesp, 2007.

FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando L.; PACHECO, Regina S. (org.). **Burocracia e política no Brasil**: desafios para o Estado democrático no século XXI. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

Bibliografia complementar:

ARANTES, R. B.; COUTO, C. G. "Constituição, Governo e Democracia no Brasil". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 61, p. 41-62, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/mGtBmjc9Xw5m99PDdqRzjdj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2023.

LYNCH, C. E. C. Do despotismo da gentalha à democracia da gravata lavada: história do conceito de democracia no Brasil (1770-1870). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 355-390, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/sfjDcq8sR3FXZyBs7KSv6jB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2023.

NUNES, E. de O. **A gramática política do Brasil**. Clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PALERMO, V. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 521-557, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/BSq8ZhtvdNgkvn33Khzq5Gr/?lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2023.

VIANNA, L. W. (ed.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Luperj/Faperj, 2002.

Disciplina: Orçamento Público

Ementa: Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento. O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento. Execução orçamentária e financeira orçamentária: Controle Interno e Externo. Créditos adicionais. Lei de Responsabilidade Fiscal aplicada à administração municipal.

Bibliografia básica:

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 17. ed. ampl. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2017.

PISCITELLI, R. B. **Contabilidade pública uma abordagem da administração**

financeira pública. 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. *E-book*.

BRASIL. Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, p. 1, 5 maio 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 17 mar. 2023.

Bibliografia complementar:

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público** abordagem simples e objetiva. 2. São Paulo Atlas 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF., p. 2745, 23 março 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Secretaria de Orçamento Federal – SOF. **Manual Técnico do Orçamento 2023.** Disponível em: <https://www1.sioop.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2023:mto2023-atual.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

CARVALHO, José Carlos Oliveira de. **Orçamento público:** teoria e questões atuais comentadas. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Disciplina: Governo, Sociedade Civil e Democracia

Ementa: Sociedade civil, movimentos sociais e lutas por direitos. Interfaces socioestatais, esfera pública e cultura política. Governança democrática e redes de atores. Temas sobre a relação governo e sociedade nos entes federados: representação de interesses; participação política e influência na produção das políticas públicas.

Bibliografia básica:

GOHN, M. da G. **Sociologia dos movimentos sociais.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014. *E-book*.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Bibliografia complementar:

BEVIR, M. **Democratic governance.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2010.

GOHN, M. da G. M. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005.

GRINDLE, M. S. **Going local: decentralization, democratization, and the promise of good governance.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.

KLIJN, E. H.; KOPPENJAN, J. **Governance networks in the public sector.** New York, NY: Routledge, 2016.

LAVALLE, A. G., CARLOS, E., DOWBOR, M.; SZWAKO, J. (org.). **Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v4cnf/pdf/lavalle-9788575114797.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

5ª FASE

Disciplina: Governança Pública Regional

Ementa: A autonomia e os limites da ação da governança pública municipal. Perspectivas para a governança regional. Associativismo territorial em diferentes contextos. Descentralização na prestação de serviços públicos regionais. Gestão de Serviços Públicos Regionais. Regulação de Serviços Públicos Regionais.

Bibliografia básica:

ABRUCIO, F. L.; SANO, H. **Associativismo Intergovernamental: experiências brasileiras.** Brasília: IABS, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/1sem2015/fevereiro/Fev.15.12.pdf.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2023.

DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada.** 12. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2019.

PROCOPIUCK, M. Estratégias em redes de políticas e em arranjos de governança multinível: um olhar sob a perspectiva da teoria da prática. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, Criciúma, v. 20, n. 1, p. 10-35, 2015. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/3532/pdf_16. Acesso em: 13 mar. 2023.

Bibliografia complementar:

ABRUCIO, F. L.; FILIPPIM, E. S.; DIEGUEZ, R. C. Inovação na cooperação intermunicipal no Brasil: a experiência da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) na construção de consórcios públicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, p. 1543-1568, nov./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/sTC9PjFb8sBHzM6N8gMtCpj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** 7. ed. Petrópolis:

Vozes, 2013.

MATOS, Fernanda; DIAS, Reinaldo. **Governança pública: novo arranjo de governo**. Campinas: Alínea, 2013.

PEREIRA, M. Governança territorial multinível: fratura (s) entre teoria e prática (s). **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas, v. 4, n. 2, p. 4-20, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5708/570862017002.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

ROVER, O. J. Obstáculos e exigências para a governança regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/234441/361-570-2-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 13 mar. 2023.

Disciplina: Gestão de Organizações da Sociedade Civil

Ementa: Sociedade civil: conceito, orientações e trajetórias na administração pública. Tipos de organizações da sociedade civil e suas características. Marcos regulatórios e relações socioestatais. Gestão de OSCs: perspectivas e desafios. Desenvolvimento institucional. Ferramentas de gestão para organizações da sociedade civil: diagnóstico, mobilização e gestão de projetos. Mobilização e mecanismos de captação de recursos. Desafios contemporâneos de organizações da sociedade civil. Desenvolvimento de atividade extensionista.

Bibliografia básica:

ANDION, C.; RONCONI, L.; MORAES, R. L.; GONSALVES, A. K. R.; SERAFIM, L. B. D. S. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 3, p. 369-387, maio/jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/sM48Ppm4gsfY3DkswsMJp6N/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar 2023.

DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra: UNICAMP/IFCH, 2002.

GOHN, M. da G. M. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia complementar:

ARMANI, D. **Mobilizar para Transformar**. A mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil. São Paulo: Petrópolis, 2008.

CRUZ, C. M.; ESTRAVIZ, M. **Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2003.

BROSE, M. (org.). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. 2. ed.

Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ROCHE, C. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGS**: aprendendo a valorizar as mudanças. 2. ed. São Paulo: Oxford: 2002.

Disciplina: Gestão Estratégica de Pessoas em Organizações Públicas e Sem Fins Lucrativos

Ementa: A administração de pessoas no setor público: contexto nacional e internacional. Funções operacionais e estratégicas da administração de pessoas no setor público e nas organizações sem fins lucrativos. Práticas de recrutamento, treinamento e avaliação de desempenho profissional. Estruturação dos cargos e funções no setor público. Competências, habilidades e ética de trabalho para as organizações públicas e sem fins lucrativos. Diversidade, gênero, preconceito e poder nas relações de trabalho. Desenvolvimento humano em contextos de inovação e problemas públicos complexos.

Bibliografia básica:

BERGUE, S. T. **Gestão estratégica de pessoas no setor público**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

BITENCOURT, C. **Gestão contemporânea de pessoas**: novas práticas, conceitos tradicionais. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PIRES, A. K. et al. **Gestão por competências em organizações de governo**: mesa-redonda de pesquisa-ação. Brasília: ENAP, 2005. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/383/1/livro_gestao_competencias.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

Bibliografia complementar:

BORGES-ANDRADE, J. E.; ABBAD, G. da S.; MOURÃO, L. **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho**: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DE OLIVEIRA PARÍSIO, I.; ARI SUNDFELD, C. Flexibilidade e fragilidade nas contratações temporárias do setor público: Percepções do judiciário. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 26, n. 84, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/83041/79447>. Acesso em: 15 mar. 2023.

DEMO, G. **Políticas de gestão de pessoas nas organizações**: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FLEURY, M. T. L.; LIMONGI-FRANÇA, A. C. **As pessoas na organização**. 7. ed. São

Paulo: Gente, 2002.

KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças. **Gestão pública:** planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas.

Disciplina: Gestão de Projetos Públicos

Ementa: Administração de projetos comparada com administração tradicional; as áreas de conhecimento; os processos de gestão de projetos e os fatores críticos de sucesso; o valor estratégico da Gestão de Projetos; o PMI e as melhores práticas de gerenciamento de projetos; ciclo de vida de projetos; divisão por processos. Áreas de conhecimento de gestão de projetos. O gerenciamento da interface de programas dentro de uma organização; a análise do portfólio de projetos e programas e a condução estratégica. Maturidade em GP e PMO – Project Management Office: a função do escritório de projetos na organização; o pool de recursos. Metodologias ágeis de gestão de projetos. Atividades Extensionistas.

Bibliografia básica:

ARMANI, D. **Como elaborar projetos?:** guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos:** guia PMBOK. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Guia ágil.** Newtown Square: PMI, 2017.

Bibliografia complementar:

SABBAG, P. Y. **Projetos, programas e portfólios.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2018. (ZAGAZ).

CARVALHO, M. M. **Fundamentos em gestão de projetos construindo competências para gerenciar projetos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. *E-book*.

CLEMENTE, A. (org.). **Projetos empresariais e públicos.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RABECHINI JUNIOR, R.; CARVALHO, M. M. de. **Gerenciamento de projetos na prática:** casos brasileiros. São Paulo: Atlas, 2009. v. 1.

STICKDORN, M.; SCHNEIDER, J. **Isto é design thinking de serviços:** fundamentos, ferramentas, casos. Porto Alegre: Bookman, 2014.

Disciplina: Marketing no Setor Público

Ementa: Comunicação e marketing com foco no cidadão e no interesse público. Marketing público: premissas, conceitos e formas de aplicação. Marketing de serviços e organizações públicas. Tipologia do marketing no setor público. Marketing digital. Formação de

identidade e branding no setor público. Comunicação de marketing. Pesquisa de marketing aplicada ao setor público. Planejamento e estratégias de marketing no setor público. Atividades extensionistas.

Bibliografia básica:

CEZAR, L. C. **Comunicação e marketing no setor público**: diferentes abordagens para a realidade brasileira. Brasília: Enap, 2019. *E-book*. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4279/1/3_Livro_Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Marketing%20no%20Setor%20P%C3%ABlico%20diferentes%20abordagens%20para%20a%20realidade%20brasileira.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

GABRIEL, M.; KISO, R. **Marketing na era digital**: conceitos, plataformas e estratégias. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

LEE, N. R.; KOTLER, P. **Marketing social**. São Paulo: Saraiva, 2020. *E-book*.

Bibliografia complementar:

COBRA, M. **Marketing de serviços**. São Paulo: Atlas, 2021. *E-book*.

DUARTE, J. **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. *E-book*.

FARRIS, P. W.; BENDLE, N. T.; PFEIFER, P. E.; REIBSTEIN, D. J. **Métricas de marketing**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. *E-book*.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. *E-book*.

MEIRA, P. R. dos S. **Marketing social**: aplicações e métricas no setor público. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000065/0000657a.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular consiste em uma atividade obrigatória do Curso de Administração Pública que tem por objetivo proporcionar ao aluno experiência profissional, observando e aplicando conhecimentos adquiridos durante seu curso de graduação. O estágio deverá ser desenvolvido em órgãos públicos ou empresas privadas caracterizadas como pessoas jurídicas, com atuação na área da Administração Pública. As atividades de Estágio possuem normas e regulamentos para seu efetivo acompanhamento e monitoramento definidos pelo Colegiado de Curso, seguindo a legislação pertinente.

Bibliografias básica e complementar: desenvolvimento a partir do tema de pesquisa com orientação de professor efetivo.

6ª FASE

Disciplina: Governança Ambiental e Territorial

Ementa: Territorialidade e desenvolvimento. Ambientaismos e dimensões da sustentabilidade. Vertentes do desenvolvimento sustentável e o debate em torno da sustentabilidade. Conceitos de governança ambiental. Políticas públicas e meio ambiente. Instrumentos e espaços da governança ambiental. Indicadores de sustentabilidade e os objetivos do desenvolvimento sustentável. Questões contemporâneas sobre governança, sustentabilidade e meio ambiente.

Bibliografia básica:

MOURA, A. M. M. (org.). **Governança ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6800/1/Governan%c3%a7a%20ambiental%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2023.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I.; FURTADO, C. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Bibliografia complementar:

BELLEN, H. M. van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DALLABRIDA, V. R. **Governança territorial e desenvolvimento**: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

PADILHA, L. G. de O.; VERSCHOORE, J. R. de S. Green Governance: a proposição de construtos de governança coletiva para o desenvolvimento sustentável local. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 153-174, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2013000200009>. Acesso em: 06 mar. 2023.

SANTOS, V. M. N. dos; BACCI, D. de La C. Proposta para governança ambiental ante os dilemas socioambientais urbanos. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 199-212, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890017>. Acesso em: 06 mar. 2023.

VIVACQUA, M.; DOS SANTOS, C. R.; VIEIRA, P. F. Governança territorial em zonas costeiras protegidas: uma avaliação exploratória da experiência catarinense. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, p. 159-171, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v19i0.13759>. Acesso em: 06 mar. 2023.

Disciplina: Práticas de Accountability no Setor Público

Ementa: *Accountability*: conceitos, origens e tipologias. *Accountability* no contexto democrático. *Accountability* como prática e valor na administração pública. Sistemas de *accountability* e modelos de governança. Formas participativas de *accountability*: controle social e outras abordagens de controle cidadão. O papel político do controle social e das formas participativas de *accountability*. Limites e desafios da *accountability* no setor público. Atividades Extensionistas.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 109, p. 68-92, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/pRrVfjB4MXqZkbLJDYwd7GJ/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 29 mar. 2023.

BEHN, R. D. O novo paradigma da gestão pública e a busca da *accountability* democrática. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 49, n. 4, p. 5-45, out./dez. 1998. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/399> . Acesso em: 29 mar. 2023.

LAVALLE, A. G.; VERA, E. I. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à *accountability*. **Lua Nova**, São Paulo, v. 84, p. 353-64, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/JNVrV39NM7DskGzVfMCXTDL/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 29 mar. 2023.

Bibliografia complementar:

ROCHA, A. C. *Accountability* na Administração Pública: modelos teóricos e abordagens. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 14, n. 2, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/314>. Acesso em: 29 mar. 2023.

ETZIONI, A. Concepções alternativas de *accountability*: o exemplo da gestão da saúde. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora UnB, 2009.

FILGUEIRAS, F. Além da transparência: *accountability* e política de publicidade. **Lua Nova**, v. 84, p. 353-364, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/3Z88sCrZZbTrnKy5SW6j6MK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2023.

KLEIN JR., V. Gestão de riscos no setor público brasileiro: uma nova lógica de *accountability*? **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.163964> . Acesso em: 29 mar. 2023.

SCHOMMER, P. C.; MORAES, R. L. Observatórios sociais como promotores de controle social e *accountability*: reflexões a partir da experiência do observatório social de Itajaí, **Gestão Organizacional**, v. 8, n. 3 p. 298-326, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/21657/18334> . Acesso em: 29 mar. 2023.

Disciplina: Gestão de Compras Públicas e Contratos

Ementa: A decisão de contratar: benefícios, custos, assimetria de informação. O processo de licitação. Modalidades de licitação. O pregão eletrônico. Modalidades de contrato para prestação de serviços públicos. Processo de contratação. Execução do contrato. O gestor de contrato. Acompanhamento e controle do contrato. Avaliação dos resultados e dos impactos. Principais conceitos da administração de materiais na administração pública. Classificação, especificações e normalização de materiais. Gestão de estoques, dimensionamento de estoques, rotatividade de materiais, estoque mínimo, ponto do pedido e custos. Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações. Gestão de transporte e logística.

Bibliografia básica:

FENILI, R. **Boas práticas administrativas em compras e contratações públicas**. Niterói: Impetus, 2016.

JUSTEN FILHO, M. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos/ Lei 8.666/1993**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SANTANA, J. E. (org.). **Legislação: licitações e contratos administrativos: pregão eletrônico - presencial: leis complementares**. 10. ed. Curitiba: Negócios públicos do Brasil, 2011.

Bibliografia complementar:

CAMPOS, Alexandre de. **Gestão de compras e negociação** processos, uso da tecnologia da informação, licitações e aquisições no terceiro setor.

MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes; AZEVEDO, Eurico de Andrade; MONTEIRO, Vera. **Licitação e contrato administrativo**: (de acordo com a Lei 8.666, de 21.6.1993, com as alterações posteriores. 15. ed. atual. por Eurico de Andrade Azevedo e Vera Monteiro. São Paulo: Malheiros, 2010.

VIANA, J. J. **Administração de materiais**: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.

FENILI, R. R. **Gestão de materiais**. Brasília: Enap, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2449/1/Apostila%20-%20Gest%c3%a3o%20de%20Materiais%202016%20%283%29.pdf>. Acesso em: 15 mar 2023.

Disciplina: Políticas Públicas

Ementa: Política pública, conceitos fundamentais. Principais teorias e abordagens. Tipos de políticas públicas. Atores e instituições. O modelo teórico do ciclo de políticas públicas. Modelos teóricos de análise de políticas públicas para Identificação do problema. Formação de agenda. Formulação de alternativas. Tomada de decisão. Implementação e avaliação. Casos e métodos para inovação institucional em políticas públicas internacionais, nacionais e subnacionais.

Bibliografia básica:

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F.; GUIMARÃES, T. de A. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 3. ed. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2014.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Bibliografia complementar:

FARIA, C. A. P. de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-29, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KwfGqdCrtDXgxRjDGgZPYjc/?lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2023.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas públicas**, Brasília, n. 21, p. 212-259, 2000. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>. Acesso em: 5 abr. 2023.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives, and public policies**. 2. ed. atual. New York, NY: Longman, 2011.

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1. *E-book*. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf. Acesso em: 3 abr. 2023.

Disciplina: Economia da Inovação

Ementa: Introdução ao pensamento Schumpeteriano e Neoschumpeteriano. Ciência e inovação. Microeconomia da inovação. Macroeconomia da inovação. Políticas de inovação.

Sistemas nacionais e regionais de inovação. Tabulação, organização e análise de indicadores de inovação.

Bibliografia básica:

RAPINI, M. S.; RUFFONI, J.; SILVA, L. A.; ALBUQUERQUE, E. da M. **Economia da ciência, tecnologia e inovação**: fundamentos teóricos e a economia global. 2. ed. Belo Horizonte: FACE – UFMG, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/03/Economia-da-ciencia-tecnologia-e-inovacao-fundamentos-teoricos-e-a-economia-global.pdf>. Acesso em: 15 de mar. 2023.

DOS REIS, D. R. **Gestão da inovação tecnológica**. Barueri, SP: Editora Manole, 2008.

TIGRE, P. B. **Gestão da inovação**: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Bibliografia complementar:

ANDREASSI, T. **Gestão da inovação tecnológica**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BACICHETTO, Vinícius de Vargas. **Inovação no setor público**. Porto Alegre SER – SAGAH, 2018.

CARRETEIRO, R. P. **Inovação tecnológica**: como garantir a modernidade do negócio. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia industrial**: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

SUZIGAN, Wilson. **Em busca da inovação interação universidade-empresa no Brasil**. São Paulo Autêntica, 2011.

7ª FASE

Disciplina: Inovação no Setor Público

Ementa: Conceitos, origens e tipos de inovação no serviço público. O processo multifacetado e colaborativo da inovação. Inovação na resolução de problemas públicos. Ecossistemas de inovação. Inovação e design: o processo de inovação centrado no usuário. Condições para a inovação no serviço público. Práticas para a promoção da inovação no serviço público. Experiências nacionais e internacionais de inovação no serviço público.

Bibliografia básica:

CAVALCANTE, P.; CAMÕES, M.; CUNHA, B.; SEVERO, W. **Inovação no setor público**. Teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: ENAP: IPEA, 2017.

GUIMARÃES, P. B. V. et al. (org.). **Inovação no setor público com estratégias de design thinking**. Salvador: Motres, 2017.

SANO, H. **Laboratórios de inovação no setor público**: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais. Brasília: ENAP, 2020. *E-book*. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5112/1/69_Laboratorios_inovacao_governo_completo_final_23062020.pdf. Acesso em: 6 mar. 2023.

Bibliografia complementar:

ANDREASSI, T. **Gestão da inovação tecnológica**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
BACICHETTO, Vinícius de Vargas. **Inovação no setor público**. Porto Alegre SER – SAGAH, 2018.

BRANDÃO, S. M.; FARIA, M. F. B. Inovação no setor público: análise da produção científica em periódicos nacionais e internacionais da área de administração. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 1, p. 227-248, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000100010>. Acesso em: 06 mar. 2023.

KLUMB, R.; HOFFMANN, M.G. Inovação no setor público e evolução dos modelos de administração pública: o caso do TRE-SC. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 21, p. 84-100, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/53902/61863>. Acesso em: 6 mar. 2023.

OLIVEIRA, L. D. A.; SOUSA, J. C. Características dos Laboratórios de Inovação no Setor Público a nível nacional: uma revisão da literatura. **Revista do Serviço Público**, v. 73, n. 2, p. 339-358, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v73.i2.5113> . Acesso em: 6 mar. 2023.

Disciplina: Tomada de Decisão e Problemas Públicos Complexos

Ementa: Teorias de tomada de decisão: a decisão como escolha racional, processo político e processo organizacional. Tomada de decisão e racionalidade limitada. Tomada de decisão e ideologia. Processo de tomada de decisão: a visão incremental. O papel e os limites da informação na tomada de decisão. O processo de tomada de decisão em arenas públicas. O processo de tomada de decisão no contexto de resolução de problemas públicos complexos ou perversos (wicked). Tomada de decisão, incerteza e risco. O papel e os limites das tecnologias de racionalidade.

Bibliografia básica:

GOMES, L. F. A. M.; GOMES, C. F. S.; ALMEIDA, A. T. de. **Tomada de decisão gerencial**: enfoque multicritério. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2009.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F.; GUIMARÃES, T. de A. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 3. ed. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2014.

KAHNEMAN, D. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

Bibliografia complementar:

ALPERSTEDT, G. D.; HOFFMANN, M. G.; DE SÁ, V. V. Mecanismos públicos de coordenação e *wicked problems*: estudo de um arranjo interorganizacional voltado ao combate do crime organizado em Santa Catarina. **Revista de Direito da Cidade**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 877-925, abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rdc.2022.56064>. Acesso em: 6 mar. 2023.

HEAD, B. W.; ALFORD, J. Wicked problems: Implications for public policy and management. **Administration & Society**, v. 47, n. 6, p. 711-739, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0095399713481601> . Acesso em: 6 mar. 2023.

CARVALHO, E. Decisão na Administração Pública: diálogo de racionalidades, **Sociologia: Problemas e Práticas**, v. 73, p. 131-148, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/1369>. Acesso em: 29 mar. 2023.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)

Ementa: O projeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e fundamentação teórica. Abordagens de pesquisa. Técnicas de coleta e de análise na pesquisa em Administração Pública. Planejamento, organização e desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia básica:

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia complementar:

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2019.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **El diseño de la investigación social**: la inferencia científica en los estudios cualitativos. Madrid: Alianza Editorial, 2018.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: Implementação de Políticas Públicas

Ementa: Teorias da implementação de políticas públicas. História, teorias e análise da implementação. O Estado, o governo e a implementação de suas políticas: instituições, agentes e processo de tomada de decisão. Relações federativas e intergovernamentais no processo de implementação de políticas públicas. A organização burocrática como estratégia para implementação. Avaliação da implementação da política pública.

Bibliografia básica:

GRIN, E. J.; DEMARCO, D. J.; ABRUCIO, F. L. (ed.) **Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/239738/001134540.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 mar. 2023.

LIPSKY, M. **Burocracia de nível da Rua**. Brasília: Enap, 2019. *E-book*. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4158/1/Burocracia%20de%20n%c3%advel%20de%20rua_Michael%20Lipsky.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

LOTTA, G. (org.) **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília, DF: Enap, 2019. *E-book*. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%c3%a1lises%20sobre%20Implementa%c3%a7%c3%a3o%20de%20Pol%c3%adticas%20P%c3%ablicas%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

Bibliografia complementar:

ARRETCHE, M. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? **Dados**, v. 53, p. 587-620, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000300003>. Acesso em: 06 mar. 2023.

DA SILVA, E. Z.; KAUCHAKJE, S. Divisão de autoridade em Estados unitários e federais e difusão de políticas. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 85, p. 27-55, 2018. Disponível em: <https://anpocs.org/index.php/edicoes-antiores-es/bib-85/11108-divisao-de-autoridade-em-estados-unitarios-e-federais-e-difusao-de-politicas/file>. Acesso em: 27 mar. 2023.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. Arranjos de implementação e ativação de capacidades estatais para políticas. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 29, p.49-59, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10635/1/bapi_29_Arranjos.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

PIRES, R. R. C. (org.). **Implementando desigualdades**. Reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. *E-book*. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9323/1/Implementando%20desigualdades_reprodu%C3%A7%C3%A3o%20de%20desigualdades%20na%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

PIRES, R., LOTTA, G.; OLVEIRA, V. **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília, DF: IPEA, 2018. E-book. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9323/1/Implementando%20desigualdades_reprodu%C3%A7%C3%A3o%20de%20desigualdades%20na%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

Disciplina: Governo Aberto e Transformação digital

Ementa: Informação e gestão organizacional. Processo decisório e características da informação. Inteligência organizacional. Gestão da informação: o ciclo de gerenciamento de informação. Sistemas de Informação Gerenciais e sistemas de gestão integrada. Estudo de processos de implantação de sistemas e engenharia de software. Perspectivas da gestão de informações no setor público. Informação, cidadania e democracia. Experiências de governo eletrônico no setor público. Transparência e acesso à informação.

Bibliografia básica:

BRASIL. **Estratégia brasileira para a transformação digital. E- Digital**. Brasília, DF: Presidente da República, 2018. E-book. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/eDigital.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 3, 30 março 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14129.htm. Acesso em: 21 mar. 2023.

DIAS, T. F.; SANO, H.; MEDEIROS, M. F. M. de. **Inovação e tecnologias da comunicação e informação na administração pública**. Brasília: Enap, 2019. E-book. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4284/1/8_Livro_Inova%C3%A7%C3%A3o%20e%20tecnologias%20da%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20informa%C3%A7%C3%A3o%20na%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.

Bibliografia complementar:

DINIZ, E. H. et al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, p. 23-48, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/f9ZFfjhYtRBMVxLPjCJMKNJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2023.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação gerenciais**. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

MORAIS, Felipe. **Transformação digital** como a inovação digital pode ajudar no seu negócio para os próximos anos. São Paulo Saraiva 2019.

ROVER, A. Introdução ao governo eletrônico. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, v. 1, n. 1, p. 92-106, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Aires-Rover/publication/268061899_Introducao_ao_governo_eletronico/links/54db5d710cf233119bc5fe68/Introducao-ao-governo-eletronico.pdf. Acesso em: 21 mar. 2023.

VIANA, A. C. A. Transformação digital na administração pública: do governo eletrônico ao governo digital. **Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo**, v. 8, n. 1, p. 115-136, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Redoeda/article/view/10330/13993>. Acesso em: 21 mar. 2023.

8ª FASE

Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)

Ementa: orientações sobre as etapas do TCC em documento específico.

Bibliografias básica e complementar: desenvolvimento a partir do tema de pesquisa com orientação de professor efetivo.

Unidade Curricular de Extensão (UCE)

Ementa: As atividades que contemplam o rol de possibilidades de Unidade Curricular de Extensão estão apresentadas em seção específica deste PPC (item 14).

Bibliografias básica e complementar: desenvolvimento a partir da atividade extensionista.

Optativa I (EAD) – escolhida pelo estudante dentro do rol de optativas ofertadas

Ementa: especificada no rol de optativas.

Bibliografias: especificada no rol de optativas.

Optativa II (EAD) – escolhida pelo estudante dentro do rol de optativas ofertadas

Ementa: especificada no rol de optativas.

Bibliografias: especificada no rol de optativas.

Optativa III (EAD) – escolhida pelo estudante dentro do rol de optativas ofertadas

Ementa: especificada no rol de optativas.

Bibliografias: especificada no rol de optativas.

Optativas

Estatística II

Ementa: Inferência estatística. População e amostra. Estimação. Testes de hipóteses. Análise de regressão e correlação.

Bibliografia básica:

ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A.; CAMM, J. D.; COCHRAN, J. J. **Estatística aplicada a administração e economia**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019.

DOANE, D. P.; SEWARD, L. E. **Estatística aplicada à administração e Economia**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, L. M. de. **Software R**. Curitiba: Appris, 2021. *E-book*.

FREUND, J. E. **Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade**. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. de O. **Estatística básica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SCHMULLE, J. **Análise estatística com R para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. *E-book*.

SHARPE, N. R.; VEAUX, R. D. D.; VELLEMAN, P. F. **Estatística aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

Tópicos Especiais em Contabilidade e Controladoria

Ementa: Disciplina de ementa aberta com enfoque em temáticas contemporâneas e específicas de Contabilidade e Controladoria.

Bibliografia básica:

Bibliografia complementar:

Tópicos Especiais em Economia e Desenvolvimento

Ementa: Disciplina de ementa aberta com enfoque em temáticas contemporâneas e específicas de Economia e Desenvolvimento.

Bibliografia básica:

Bibliografia complementar:

Matemática Financeira

Ementa: Fundamentos da matemática financeira. Fluxo de caixa. Remuneração de Investimentos. Juros simples x juros compostos. Valor presente. Valor futuro. Taxa. Período. Taxas equivalentes. Desconto. Valor Presente Líquido (VPL).

Bibliografia básica:

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira**: edição universitária. 2. Rio de Janeiro: Atlas, 2023

CRESPO, A. A. **Matemática financeira fácil**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SAMANEZ, C. P. **Matemática financeira**: aplicações à análise de investimentos. 5. ed. São Paulo: Prentice-Hall Brasil, 2010.

Bibliográfica complementar:

BRUNI, Adriano Leal. **Introdução à matemática financeira**. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 recurso online ISBN 9788597021806.

HAZZAN, S.; POMPEO, J. N. **Matemática financeira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

HOJI, M. **Administração financeira e orçamentária**: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

TOSI, A. J. **Matemática financeira com utilização do excel**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática financeira**: objetiva e aplicada. 10. São Paulo: Saraiva Uni, 2022.

Tópicos Especiais em Políticas Públicas

Ementa: Disciplina de ementa aberta com enfoque em temáticas contemporâneas e específicas de Políticas Públicas.

Bibliografia básica:

Bibliografia complementar:

Tópicos Especiais em Teoria Política

Ementa: Disciplina de ementa aberta com enfoque em temáticas contemporâneas e específicas de Teoria Política.

Bibliografia básica:

Bibliografia complementar:

Tópicos Especiais em Formação do Estado e Pensamento Político Brasileiro

Ementa: Disciplina de ementa aberta com enfoque em temáticas contemporâneas e específicas sobre Estado e Pensamento Político Brasileiro.

Bibliografia básica:

Bibliografia complementar:

Tópicos Especiais em Administração e Governança Pública I

Ementa: Disciplina de ementa aberta com enfoque em temáticas contemporâneas e específicas de Administração Pública e Governança.

Bibliografia básica:

Bibliografia complementar:

Tópicos Especiais em Administração e Governança Pública II

Ementa: Disciplina de ementa aberta com enfoque em temáticas contemporâneas e específicas de Administração Pública e Governança.

Bibliografia básica:

Bibliografia complementar:

Tópicos Especiais em Administração e Governança Pública III

Ementa: Disciplina de ementa aberta com enfoque em temáticas contemporâneas e específicas de Administração Pública e Governança.

Bibliografia básica:

Bibliografia complementar:

Tópicos Especiais em Estudos Organizacionais

Ementa: Disciplina de ementa aberta com enfoque em temáticas contemporâneas e específicas nos Estudos Organizacionais.

Bibliografia básica:

Bibliografia complementar:

Tópicos Especiais em Inovação Social e em Governo

Ementa: Disciplina de ementa aberta com enfoque em temáticas contemporâneas e específicas de Inovação Social e em Governo

Bibliografia básica:

Bibliografia complementar:

Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

Ementa: Aspectos da língua de sinais e sua importância: cultura e história, identidade surda, introdução aos aspectos linguísticos na Língua Brasileira de Sinais: fonologia, morfologia e sintaxe. Noções básicas de escrita de sinais. Processo de aquisição da língua de sinais observando as diferenças e similaridades existentes entre esta e a Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica:

CORRÊA, Y.; CRUZ, C. R. **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais**. Porto Alegre: Penso, 2019. *E-book*.

GESSER, A. **Libras? que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, F. **Dicionário ilustrado de libras: língua brasileiras de sinais.** São Paulo: Global, 2011.

BRITO, L. F. **Por uma gramática de línguas de sinais.** 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de língua Brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2017. 3 v.

PEREIRA, M. C. da C.; CHOI, D.; VIEIRA, M. I.; GASPAR, P.; NAKASATO, R. **LIBRAS: conhecimento além dos sinais.** São Paulo: Pearson, 2011.

QUADROS, R. M. **Língua de herança língua brasileira de sinais.** Porto Alegre: Penso, 2017. *E-book*.

8.1 Quadro de equivalência

Matriz curricular vigente			Matriz curricular proposta		
Disciplina	Fase	Carga Horária	Disciplina	Fase	Carga Horária
Administração Pública e Governança	1	72	Introdução à Administração Pública	1	72
Direito Constitucional	1	72	Noções de Direito para o Administrador Público	1	72
Matemática	1	72	Matemática	1	72
Sociologia	1	72	Sociologia política	1	72
Tecnologia básica de informação e de comunicação na Governança Pública	1	72	-	-	-
Filosofia e ética	1	72	Administração Pública e Governança	3	72
Teorias de Administração Pública	2	72	Teorias de Administração Pública	2	72
Metodologia Científica e da Pesquisa	2	36	Metodologia da pesquisa	1	72
Relações Interinstitucionais na governança pública	2	36			
Psicologia social	2	72	Comportamento organizacional	2	72
Estatística	2	72	Estatística I	2	72
Finanças Públicas	2	72	Finanças Públicas	3	72
Planejamento e alocação de recursos em governança pública	3	72	Planejamento público	3	72
Fundamentos da teoria econômica	3	72	Fundamentos da teoria econômica	2	72
Ciência Política e Democracia	3	72	Ciência política e democracia	3	72
Orçamento Público para a governança pública Municipal e Regional	3	72	Orçamento público	4	72
Direito Administrativo	3	72	Instituições Políticas Brasileiras	4	72
Contabilidade Pública na Administração Pública Municipal	4	72	Contabilidade pública	3	72
Relações de Trabalho em Organizações Públicas Municipais e Sociais	4	72	Gestão estratégica de pessoas em organizações públicas e sem fins lucrativos	5	72
Liderança e formação de redes na governança pública	4	72	Gestão de conflitos e liderança	4	72
Regionalidade, sustentabilidade e desenvolvimento de territórios	4	72	Governança ambiental e territorial	6	72

Governança Pública Municipal e Regional I	4	72	Governança Pública Municipal	4	72
Políticas Públicas e Regionalidade	5	72	Políticas públicas	6	72
Processos licitatórios na administração pública municipal	5	72	Gestão de compras públicas e contratos	6	72
Educação e sensibilização ambiental	5	72	Tópicos Especiais em Administração e Governança Pública I	Optativa	72
Economia brasileira	5	72	Economia da inovação	6	72
Administração de materiais e de patrimônio na administração pública municipal	5	72	Tópicos Especiais em Administração e Governança Pública II	Optativa	72
Processos de negociação em governança pública	6	72	Tomada de decisão e problemas públicos complexos	7	72
Gestão social em espaços regionais e locais	6	72	Gestão de organizações da sociedade civil	5	72
Desenvolvimento institucional e de comunidades	6	72	Governo, sociedade civil e democracia	4	72
Governança Pública Municipal e Regional II	6	72	Governança pública regional	5	72
Mobilidade em espaços urbanos	6	72	Tópicos especiais em Políticas Públicas	Optativa	72
Metodologias para elaboração e implantação de projetos	7	72	Gestão de projetos públicos	5	72
Trabalho de Conclusão de Curso I	7	72	Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)	7	72
Comunicação e Marketing na Governança Pública	7	72	Marketing no setor público	5	72
Racionalização e Organização do Trabalho na Administração Pública Municipal	7	72	Gestão de processos e estruturas organizacionais	2	72
Estágio Curricular Supervisionado I	7	180	Estágio Curricular Supervisionado	5	288
Estágio Curricular Supervisionado II ¹⁰	8	108			
Práticas de Controle social e <i>Accountability</i> na governança pública	8	72	Práticas de <i>accountability</i> no setor público	6	72

¹⁰ Ao cursar o Estágio Curricular Supervisionado II (108h/a), o estudante já terá cursado o Estágio Curricular Supervisionado I (180h/a) da matriz vigente, somando as horas necessárias para validar Estágio Curricular Supervisionado na Matriz Proposta que é de 288 h/a.

Sistemas de informação para Governo aberto	8	72	Governo aberto e transformação digital	7	72
Implementação de serviços públicos	8	72	Implementação de políticas públicas	7	72
Inovação e empreendedorismo em sistemas de governança pública	8	72	Inovação no setor público	7	72
Trabalho de Conclusão de Curso II	8	72	Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) ¹¹	8	360
Matemática financeira	Optativa	72	Matemática Financeira	Optativa	72
Análise e produção textual	Optativa	72	-	-	-
LIBRAS	Optativa	36	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Optativa	72
Tópicos Especiais em Estudos Organizacionais	Optativa	72	Tópicos Especiais em Estudos Organizacionais	Optativa	72
Tópicos Especiais em Inovação Social	Optativa	72	Tópicos Especiais em Inovação Social e em Governo	Optativa	72
Tópicos Especiais em Contabilidade e Controladoria	Optativa	72	Tópicos Especiais em Contabilidade e Controladoria	Optativa	72
Tópicos Especiais em Administração e Governança Pública	Optativa	72	Tópicos Especiais em Administração e Governança Pública III	Optativa	72
Tópicos Especiais em Economia e Desenvolvimento	Optativa	72	Tópicos Especiais em Economia e Desenvolvimento	Optativa	72
Tópicos Especiais em Sociologia Política	Optativa	72	Tópicos Especiais em Teoria Política	Optativa	72
-	-	-	Estatística II	Optativa	72
Tópicos Especiais em Políticas Públicas	Optativa	72	Tópicos Especiais em Formação do Estado e Pensamento Político Brasileiro	Optativa	72

9. ESTRUTURA CURRICULAR – aplicação das legislações

O curso de Administração Pública da UDESC Balneário Camboriú em tela está orientado pelas Diretrizes Curriculares e pelas normativas do MEC, contemplando também a realidade da região, o vocacionamento do curso e o perfil do(a) egresso(a) almejado. No quadro abaixo sistematizamos o atendimento às DCNS e às normativas abaixo:

- Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a

¹¹ A entrega do Trabalho de Conclusão de Curso na matriz vigente, nos moldes das resoluções específicas do Departamento, atende a validação. Com isso, não haverá prejuízo aos estudantes que já entregaram e defenderam o TCC II (com destaque que o Departamento não autoriza validação de TCC de outros cursos).

redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004;

- Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012;
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012;
- Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002);
- Disciplina de Libras (Dec. nº 5.626/2005) para os cursos de bacharelados e tecnólogos, é obrigatório a inclusão como disciplina optativa.

A partir da DCN, Resolução nº 001, de janeiro de 2014, e outras normativas do Conselho Nacional de Educação, destacamos a relação do curso com os princípios fundamentais, as competências e habilidades esperadas e os conteúdos sumarizados no Quadro 2:

Quadro 2 – Equivalência das normativas do CNE

Normativas	Correspondência no PPC
Art. 2º. – Princípios fundamentais: I - o ethos republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela res publica e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado; II - a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais; III - a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.	O Curso de Administração Pública da UDESC Balneário Camboriú está alinhado aos princípios fundamentais dispostos na DCN, na medida em que seu PPC está alinhado às características da região conforme seção específica de justificativa, apresenta a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como elementos centrais da formação e visa uma formação de administradores públicos para exercício da governança de instituições municipais e regionais baseada nos valores republicanos e democráticos.
Habilidades e competências (art. 4) – I - reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas; II - apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva; III - desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação; IV - estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública; V - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;	Habilidades e competências do Curso de Administração Pública apresentadas na seção 4 deste documento estão alinhadas àquelas dispostas no art. 4º. da DCN.

<p>VI - expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais; VII - ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.</p>	
<p>Art. 5º. versa sobre conteúdos e estabelece que em linhas gerais deve revelar uma perspectiva histórica e contextualizada, compromisso com valores públicos e desenvolvimento nacional, assim como redução de desigualdades e reconhecimento de desafios quanto à diversidade regional e cultural.</p>	<p>No curso de Administração Pública da UDESC Balneário Camboriú, esses temas perpassam as diferentes disciplinas e estão, sobretudo, contemplados na disciplina de "Instituições Políticas Brasileiras".</p>
<p>Ainda no art. 5, quanto aos conteúdos de formação básica, estabelece: I - conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia; II - estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação; III - conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; IV - conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.</p>	<p>12 disciplinas do bloco de formação básica na matriz, conforme quadro específico da seção 7.</p>
<p>Com relação aos conteúdos de formação profissional: § 2º Os conteúdos de formação profissional deverão incluir aqueles sobre governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.</p>	<p>23 disciplinas do bloco de formação profissional na matriz, conforme quadro específico da seção 7.</p>
<p>Art. 7º O projeto pedagógico do curso deverá disciplinar o estágio supervisionado, sob várias formas, desde estágio propriamente dito até imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, com base em regulamento próprio de cada Instituição de Educação Superior.</p>	<p>O PPC do curso de Administração Pública da UDESC Balneário Camboriú prevê 288h de Estágio Curricular Supervisionado, que será instruído em regulamento próprio.</p>
<p>Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório e deverá constar do projeto pedagógico do curso, e suas características deverão ser estabelecidas em regulamento próprio</p>	<p>O Trabalho de Conclusão de Curso no curso de Administração Pública da UDESC Balneário é composto por TCC I - disciplina na 7ª. fase para elaboração do projeto de pesquisa (72h) – e TCC II - componente curricular de 360 horas para realização da pesquisa no 8º. Período com orientação de professor efetivo do departamento.</p>
<p>Art. 11. A carga horária mínima do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, é de 3.000 horas, nos termos da Resolução CNE/CES nº 2, de 2007.</p>	<p>Carga horária total de 3600 pela política de hora-aula da instituição, para a qual a duração da hora-aula é de 50 minutos, implicando acréscimo de 20% para a indicação da Resolução CNE, conforme Resolução nº 025/2006 – CONSEPE.</p>
<p>Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.</p>	<p>No curso de Administração Pública da UDESC Balneário Camboriú, os temas estão contemplados na disciplina de "Sociologia Política".</p>
<p>Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012;</p>	<p>O curso de Administração Pública da UDESC Balneário contempla os temas nas disciplinas de "Gestão estratégica de pessoas em organizações públicas e sem fins lucrativos", "Sociologia Política" e "Ciência Política e Democracia".</p>

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.	A UDESC conta com o Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE) cujo “compromisso é viabilizar condições para expressão plena do potencial do estudante durante o processo de ensino e aprendizagem, garantindo sua inclusão na universidade” e com a Secretaria de Assuntos Estudantis, Ações Afirmativas e Diversidades (SAE), que tem por “finalidade elaborar e acompanhar a execução dos programas e políticas de assistência estudantil, permanência estudantil, ações afirmativas e diversidade”. Na UDESC Balneário Camboriú, contamos com o Núcleo de Acessibilidade Setorial, que procura atender e solucionar as demandas de Educação Especial (PAEE) e Necessidades Educacionais Específicas (NEE).
Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002).	Temática contemplada na disciplina de “Governança Ambiental e Territorial”.
Disciplina de Libras (Dec. Nº 5.626/2005) para os cursos de bacharelados e tecnólogos, é obrigatório a inclusão como disciplina optativa.	Disciplina de “Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)” ofertada na matriz curricular como optativa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

9.1 Proposta de transição curricular

Conforme Resolução n. 03/2014 CONSEPE, que regulamenta a transição curricular nos cursos de graduação da UDESC, a transição curricular implicará na migração do(a) acadêmico(a) para o novo currículo (item II, art. 2º). Mediante aprovação do novo currículo em todas as instâncias, a nova matriz curricular terá início no primeiro semestre de 2024, sendo ofertadas apenas as disciplinas do novo currículo a partir de então, conforme deliberação do NDE. Os acadêmicos com matrícula trancada ou em atraso e os acadêmicos que ingressarem via retorno ou transferência também serão migrados para nova matriz.

10. ESTRUTURA CURRICULAR – descrição dos enfoques para o processo de ensino-aprendizagem

10.1 Tecnologias digitais de informação e de comunicação (aplicadas no processo de ensino-aprendizagem presencial)

Dentre as estratégias pedagógicas utilizadas no curso de Administração Pública do CESFI, seguem como opções:

- a) Aula expositiva e dialogada: consiste na exposição de conteúdo com participação dos(as) estudantes, seja por conhecimento anterior ou por leituras indicadas, enfatizando a reflexão e a criticidade no processo de formação;
- b) Metodologias ativas de ensino, como o PBL (*Project Based Learned*) e sala de aula invertida: uma forma de ensino em que os(as) estudantes são

- estimulados a participar do processo de forma mais direta (ativa) por meio de ferramentas e atividades práticas, tendo o(a) estudante como ator central do processo, promovem maior engajamento no processo de aprendizagem;
- c) Utilização e produção de casos de ensino ao longo do curso que, ao relatar situações vivenciadas em organizações, estimulam os(as) estudantes a refletirem sobre a prática a partir das temáticas e conceitos apresentados nas disciplinas;
 - d) Utilização de jogos e gamificação para o ensino com o objetivo de proporcionar maior participação, dinamicidade e engajamento dos(as) estudantes nas temáticas das disciplinas;
 - e) Conteúdos assíncronos e ensino híbrido no ambiente virtual de aprendizagem, Moodle e outros: objetivam dar suporte ao(à) estudante, motivando e personalizando o processo de aprendizagem, de acordo com as normativas vigentes;
 - f) Visitas técnicas: promovem formação complementar ao possibilitar que os(as) estudantes se aproximem das realidades que os(as) profissionais enfrentam;
 - g) Entre outras.

Destaca-se, também, que as salas de aula estão equipadas com computadores e monitores com acesso à internet, rede Wi-fi em toda unidade, além de câmeras e projetores para suporte às aulas e aos recursos audiovisuais. Com o programa Equipa Sala de Aula também se ampliou a infraestrutura necessária para atividades e os professores podem fazer uso de 2 laboratórios de informática para auxiliar nas atividades e estratégias pedagógicas utilizadas no curso de Administração Pública do CESFI.

10.2 Tecnologias digitais de informação e de comunicação (aplicadas no processo de ensino a distância)

As disciplinas no formato de ensino a distância, previstas neste PPC, contemplam a oferta de optativas que contarão com o(a) professor(a) da disciplina como tutor(a). Para a oferta das optativas, o NDE apreciará a proposição de ementa e bibliografia previamente à oferta da disciplina e o plano de ensino no semestre anterior à oferta. O plano de ensino deverá estar aderente à realidade do ensino a distância, com destaque à utilização de materiais e atividades adaptados a essa modalidade. Todos os materiais serão disponibilizados ou indicados pelo(a) professor(a) no ambiente virtual de aprendizagem.

Conforme a Portaria n. 2.117, de dezembro de 2019 do MEC, em seu artigo 3º, as

atividades pedagógicas presenciais serão realizadas no endereço de oferta do curso. Assim, as atividades avaliativas presenciais previstas no plano de ensino serão realizadas na UDESC Balneário Camboriú. O curso apresenta a infraestrutura física necessária para realizar as atividades de ensino na modalidade.

As disciplinas ofertadas à distância também se encontram de acordo com o Art. 4º da Portaria, uma vez que o ensino-aprendizagem em modalidade EaD será realizado por meio da adoção de métodos que enfatizam o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e que os professores do curso de Administração pública do CESFI-UDESC já possuem familiaridade com a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) como o Moodle e suporte da Plataforma da Microsoft para realização de conferências e atividades. Desse modo, as múltiplas ferramentas facilitam a disponibilização de conteúdos e materiais e a interação com os estudantes.

A carga horária será integralizada ao longo do semestre por meio do acompanhamento das aulas/atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem pelos professores. Os planos de ensino, conforme artigo 4º da referida portaria, deverão descrever as atividades a serem realizadas. Após serem aprovados pelo NDE, os planos de ensino descrevendo conteúdos, metodologias de ensino e formas de avaliação serão amplamente divulgados aos estudantes para a realização das matrículas.

Vale ressaltar que na oferta de disciplinas na modalidade de EAD é apresentada a inserção das tecnologias digitais de informação e de comunicação no processo de ensino-aprendizagem, assim como os laboratórios de informática e recursos tecnológicos adequados previstos para implementação no PPC. Nesse sentido, serão apresentadas a seguir algumas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que possibilitam o *Learning Management Systems (LMS)*¹² para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos(as) acadêmicos(as). As TIC's que poderão ser utilizadas nas disciplinas, dentre outras, são:

- **Videoaulas Interativas:** Plataformas que permitem a criação de videoaulas interativas, nas quais os instrutores podem incorporar questionários, enquetes e elementos interativos diretamente nos vídeos, mantendo os alunos envolvidos e possibilitando a avaliação durante a aula.
- **Fóruns de Discussão Online:** Plataformas de fóruns de discussão online que são integradas ao LMS, onde os alunos podem discutir tópicos do curso, compartilhar ideias e tirar dúvidas, promovendo a colaboração entre os colegas.

¹² *Learning Management System (LMS)* pode ser traduzido como sistema de gestão da aprendizagem que contempla a disponibilização de recursos – formato síncrono e assíncrono – que dão suporte aos processos de planejamento, implementação e avaliação da aprendizagem.

- **Sistemas de Avaliação Online:** Ferramentas que permitem a criação e administração de avaliações online, como questionários, testes e provas, que são entregues e avaliados diretamente no LMS, facilitando a gestão do processo de avaliação.
- **Bibliotecas Digitais e Recursos Multimídia:** Integração de bibliotecas digitais, onde os alunos podem acessar materiais de leitura, vídeos, podcasts e outros recursos multimídia relacionados ao conteúdo do curso, diretamente dentro do LMS.
- **Ferramentas de Colaboração em Tempo Real:** Plataformas que oferecem recursos de colaboração em tempo real, como videoconferências, compartilhamento de tela e quadros brancos virtuais, que permitem a interação síncrona entre instrutores e alunos.
- **Acesso Móvel e Aplicativos:** Desenvolvimento de aplicativos móveis para o LMS, permitindo que os alunos acessem o conteúdo e interajam com o curso em dispositivos móveis, oferecendo flexibilidade de aprendizado.
- **Gamificação:** Integração de elementos de gamificação no LMS, como pontos, distintivos e competições, para aumentar o engajamento dos alunos e tornar o processo de aprendizagem mais divertido e motivador.
- **Portfólios Digitais:** Plataformas que permitem que os alunos criem e compartilhem portfólios digitais, nos quais podem exibir seus trabalhos, projetos e conquistas ao longo do curso, incentivando a reflexão e a autoavaliação.
- **Sistemas de Notificação e Comunicação:** Integração de sistemas de notificação por e-mail, mensagens instantâneas ou notificações push, que mantêm os alunos informados sobre atualizações de curso, prazos e anúncios importantes.
- **Integração de Redes Sociais:** Incorporação de funcionalidades que permitem compartilhar o progresso do curso nas redes sociais, possibilitando que os alunos interajam com seus colegas e ampliem o alcance do aprendizado.
- **Design Sprint:** Um processo focado em design que ajuda equipes a desenvolver ideias, protótipos e testar soluções para problemas específicos em um espaço de tempo concentrado.
- **Innovation Challenge:** Competições que desafiam indivíduos ou equipes a propor soluções inovadoras para problemas específicos, geralmente em setores como saúde, sustentabilidade, tecnologia ou educação.
- **Processamento de Linguagem Natural (NLP):** Aplicações como análise de sentimentos em mídias sociais, tradução automática, chatbots interativos e resumos

automáticos de texto utilizam IA para entender e gerar linguagem humana.

Essas TICs trabalham em conjunto com os LMS para aprimorar a experiência de ensino-aprendizagem, promovendo engajamento, colaboração, acessibilidade e eficácia na entrega do conteúdo educacional.

Nas disciplinas EaD, o processo de tutoria será realizado pelo(a) professor(a) da disciplina e as principais funções consistem em orientar os(as) estudantes quanto ao material e aos procedimentos pedagógicos apropriados, além de motivá-los, de incentivá-los a participarem de todos os eventos propostos no curso. Dentre as principais atividades a serem desenvolvidas, podemos elencar:

- Comunicação e acompanhamento do(a) acadêmico(a): Apresentar os objetivos da disciplina e o formato de avaliação de cada disciplina por meio de uma comunicação inicial e, depois, realizar o devido acompanhamento da progressão dos(as) acadêmicos(as) no decorrer do cronograma da disciplina, estimulando o processo de aprendizagem e tirando dúvidas, quando necessário.
- Gerenciamento da sala de aula virtual: Disponibilizar notas de aula ou outros materiais de aprendizagem para uma aula específica (por exemplo, o(a) professor(a) cria uma sala para compartilhar os materiais).
- Gerenciamento de curso: O suporte deve abranger várias sessões e aulas em um curso inteiro com objetivos comuns, adicionando ferramentas para avaliação, *feedback* e discussão.
- Gestão da informação personalizada por acadêmico(a): Facilitar o aprendizado autodirecionado, pois os(as) acadêmicos(as) podem escolher entre uma variedade de oportunidades de aprendizagem e podem progredir em ritmos diferentes ao longo do tempo, dependendo das metas individuais. Os(as) acadêmicos(as) podem ter uma área privada para reunir recursos selecionados (facilitando o uso de um e-portfolio).
- Gerenciamento da comunidade: Permitir que os membros da equipe se estendam além da turma, do curso, do currículo ou do aprendiz tradicional do campus e permitam múltiplos contextos e organizações de aprendizagem.

11. ESTRUTURA CURRICULAR – Estágio Curricular Supervisionado

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, referência primordial para a atividade de Estágio, em seu artigo 1º, apresenta a definição de estágio como sendo um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos(as) que estejam frequentando o ensino

regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

A referida lei dispõe sobre o estágio de estudantes, regulamentando a atividade e definindo as obrigações das partes envolvidas. Dentre as definições, classificação e relações de estágio citadas no capítulo I da lei, pode-se destacar que:

- O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando;
- O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho;
- O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso;
- Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;
- Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória;
- As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso. (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008)

O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Administração Pública é um requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública. Constitui-se em um instrumento de integração, treinamento prático, aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e de relacionamento humano. O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular do Curso de Administração Pública, com o objetivo geral de propiciar aos(as) acadêmicos(as) a oportunidade de relacionar a teoria aprendida no curso com a prática desenvolvida no Estágio. O Estágio estará associado ao processo de aprendizagem, complementando a formação dos(as) acadêmicos(as), será realizado sob a supervisão de docentes e profissionais capacitados(as) de organizações conveniadas com a instituição. Os convênios do curso contemplam organizações públicas, da sociedade civil e privadas, com o objetivo de aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem e contribuir para a formação profissional do(a) estudante e atuação do(a) egresso(a).

O Estágio Curricular Supervisionado no curso de Administração Pública possui o total de carga horária de 288 horas-aula e será desenvolvido, na área da governança pública, em instituições públicas, estatal e não estatal, e privadas que possuam parcerias com o setor público ou atuem no enfrentamento de problemas públicos. As atividades de estágio possuem normas e regulamentos para seu efetivo acompanhamento e

monitoramento definidos pelo Colegiado de Curso, seguindo a legislação pertinente. O regulamento do Estágio Curricular Supervisionado será elaborado e aprovado pelo Conselho de Centro do CESFI/UDESC.

12. ESTRUTURA CURRICULAR – Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCC) é atividade curricular obrigatória e será desenvolvida pelo(a) acadêmico(a) em assunto/tema da área profissionalizante inerente ao núcleo de formação profissional, sob orientação de um(a) professor(a) efetivo(a) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O objetivo geral do TCC é materializar o estudo constituído de temáticas relevantes no campo científico e prático, apresentando contextualização, problematização e análise dos fenômenos, assim como análise e/ou indicação contextualizada de alternativas de solução de problemas públicos identificados na(s) organização(ões) objeto de estudo, com explicitação da capacidade de análise, reflexão e crítica.

Para realizar o Trabalho de Conclusão de Curso, o(a) acadêmico(a) deverá cursar as disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC) como disciplina do 7º. semestre com 72h aulas para desenvolvimento do projeto de pesquisa e o Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) com atividade de orientação de professor(a) efetivo(a) somando 360 horas para o desenvolvimento da pesquisa. Detalhamento das modalidades e do trabalho constarão em resolução específica aprovada pelo Conselho de Centro do CESFI/UDESC.

13. ESTRUTURA CURRICULAR – Atividades Complementares

As Atividades Complementares estão regulamentadas na UDESC [Resolução nº 001/2022 – CEG](#), de 05 de abril de 2022 e suas atualizações ([Resolução 003/2022 CEG](#)). A carga horária destinada para as Atividades Complementares no curso de Administração Pública são 8 créditos, que equivalem a 144 (cento e quarenta e quatro) horas-aulas, que contribuirão para o aprofundamento e diversificação na formação do(a) aluno(a), totalizando 4% da carga horária total do curso. As Atividades Complementares (AC) incluem aquelas realizadas pelo(a) aluno(a), vinculadas a sua formação e/ou promovidas pelo curso de Administração Pública, visando à complementação dos conteúdos ministrados e/ou a atualização permanente dos(as) alunos(as) acerca de temas globalizantes.

As Atividades Complementares também podem ser realizadas na UDESC e em outras instituições, havendo a necessidade de comprovação por meio de certificados, declarações, projetos executados ou em andamento, históricos escolares e certidões,

dentre outros, conforme resolução específica da Universidade, ampliando a experiência de formação do estudante.

14. ESTRUTURA CURRICULAR – Creditação da extensão

Conforme exposto na Política de Extensão da Universidade do Estado de Santa Catarina¹³, e partir de [Resolução CNE/CES nº 7](#), de 18 de dezembro de 2018, e na Regulamentação da Curricularização da Extensão na universidade¹⁴, o curso de Administração Pública do CESFI ofertará 10% da carga horária do curso, totalizando 360 horas distribuídas em:

- 288 horas (16 créditos) em Disciplinas Mistas;
- 72 horas (4 créditos) em Unidades Curriculares de Extensão não vinculadas (UCE NV);

Como já apresentado no histórico do curso, desde o início de suas atividades a graduação desenvolve atividades extensionistas, possuindo atualmente quatro programas de extensão, sendo que um destes programas atualmente é de caráter permanente. A indissociabilidade entre o ensino, extensão e pesquisa já ocorre no curso de graduação, com iniciativas sendo realizadas entre o ensino de graduação e a extensão em diversas fases do curso de graduação e os programas de extensão, pontes que inspiraram o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Departamento na proposição das disciplinas para a trilha formativa de disciplinas que estão sendo creditadas na curricularização. As disciplinas propostas na creditação são:

Quadro 3 – Disciplinas Mistas por fase

Fase	Disciplina	Créditos
2	Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais	02 créditos de extensão
	Estatística I	02 créditos de extensão
3	Planejamento Público	02 créditos de extensão
4	Governança Pública Municipal	02 créditos de extensão
5	Gestão de Organizações da Sociedade Civil	02 créditos de extensão
	Gestão de Projetos Públicos	02 créditos de extensão
	Marketing no Setor Público	02 créditos de extensão
6	Práticas de <i>Accountability</i> no Setor Público	02 créditos de extensão
TOTAL		16 créditos de extensão

Fonte: Elaborado pelos autores.

¹³ [Resolução nº 15/2019 – CONSUNI.](#)

¹⁴ [Resolução nº 007/2022 – CEG.](#)

Já na segunda fase, as disciplinas de **Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais** e **Estatística I** inserem o(a) acadêmico(a) no mundo do campo prático, sendo fundamental para compreensão e mapeamento de processos na Administração Pública e no levantamento e avaliação de dados públicos, pois complementa o conhecimento trabalhado nas disciplinas introdutórias do curso e desenvolve competências e habilidades na aplicação em um caso prático de intervenção extensionista. A proposta insere o(a) acadêmico(a) nas primeiras fases no campo prático conhecendo a área de atuação, inspirada em boas práticas de cursos de ciências sociais aplicadas e de ciências da saúde.

Na terceira fase, a disciplina de **Planejamento Público** possibilita a aplicação de conhecimentos de planejamento às áreas da gestão pública e organizações da sociedade civil. Na disciplina de **Governança Pública Municipal**, na quarta fase, os(as) acadêmicos(as) terão contato com o poder público municipal, conhecendo a realidade do executivo e do legislativo. Com base nas experiências já existentes no curso de Administração Pública de Balneário Camboriú¹⁵ e Florianópolis¹⁶, propõe-se que a disciplina desenvolva um projeto articulando ensino e extensão podendo relacionar o legislativo (como as experiências já existentes no CESFI e ESAG) ou o executivo, permitindo uma experiência intensiva para os(as) acadêmicos(as).

A quinta fase é o momento de maior dedicação à extensão do curso de Administração Pública, e justifica-se abaixo o porquê:

- O(a) acadêmico(a) já possui, neste momento, a maior parte do curso integralizado, portanto, uma boa parte de conhecimentos acumulados.
- A concentração de disciplinas de extensão em uma fase do curso, podendo ser realizadas em conjunto (projetos integrados), permite um menor acúmulo de atividades e concorrência entre elas nos demais semestres (trabalho de conclusão de curso, relação tempo de trabalho e estudos são alguns exemplos).

Nesse sentido, na quinta fase são disponibilizadas as disciplinas mistas de **Gestão de Organizações da Sociedade Civil, Gestão de Projetos Públicos e Marketing no Setor Público**. As referidas disciplinas já apresentam experiências exitosas no curso de Administração Pública de Balneário Camboriú, como o projeto integrado Engajar¹⁷, no qual

¹⁵ O programa de extensão Laboratório de Participação e Controle Social realiza, desde 2017.1., em conjunto com a disciplina de Governança Pública Municipal e Regional 1, o projeto Vereador Por Um Dia, que pode ser acessado pela plataforma: <https://www.vereadorporumdia.com.br/>.

¹⁶ O projeto é desenvolvido pela disciplina de Administração Municipal desde 2019.1. e pode ser acessado pelo site: <https://vereadoresdaesag.blogspot.com/>.

¹⁷ A ação é uma atividade realizada entre as disciplinas de Comunicação e Marketing na Governança Pública e Metodologias para Elaboração e Implantação de Projetos.

os(as) acadêmicos(as) trabalham com uma demanda comunitária e desenvolvem um projeto (campanha, *crowdfunding*, ação de mobilização, captação de recursos) e um plano de comunicação para a ação.

Na sexta fase é ofertada a disciplina de **Práticas de *Accountability* no Setor Público** que, com base na experiência do curso de Administração Pública de Balneário Camboriú¹⁸, pode desenvolver ações extensionistas com os(as) acadêmicos(as), seja com conselhos, controladorias, observatórios sociais ou outras organizações, para que os(as) acadêmicos(as) possam vivenciar experiências de *accountability*.

Na oitava fase é prevista a realização da **Unidade Curricular de Extensão (UCE) não vinculada** com carga horária de 72 horas. A atividade foi prevista para a última fase para que o(a) acadêmico(a) possa planejar e realizar a UCE durante a graduação, sendo possível antecipá-la e, em diversas atividades¹⁹. A UCE não vinculada²⁰ possibilita que o acadêmico realize estas atividades em programas de extensão do Departamento de Governança Pública (DGP), do CESFI, da UDESC e de outros programas de extensão em IES brasileiras e internacionais. Na transição curricular, os(as) estudantes poderão validar as atividades extensionistas já realizadas para aproveitamento na matriz curricular proposta. Os tipos de UCE não vinculadas serão regulamentadas em resolução própria do Departamento de Governança Pública.

15. AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO ESCOLAR

A avaliação do aproveitamento escolar respeita o que estabelece o Regimento geral da UDESC em seus artigos 144 a 148 e reflete os pressupostos que embasam os objetivos do curso, a estrutura curricular, o perfil do(a) egresso(a) e as práticas pedagógicas adotadas pelos(as) docentes.

Enquanto pressuposto de aprendizagem, prima-se neste projeto por uma avaliação baseada nos seguintes princípios:

a) Avaliação formativa: considera a totalidade do processo de ensino e aprendizagem, permitindo a reflexão permanente dos(as) professores(as) e alunos(as) sobre os objetivos da disciplina. O aspecto formativo consiste em que cada atividade avaliativa proposta supere a verificação de conteúdos e atribuição de notas e exercite a

¹⁸ O programa de extensão Laboratório de Participação e Controle Social e a disciplina de Práticas de Controle Social e *Accountability* na Governança Pública já vinham desenvolvendo atividades de diagnóstico e solução de problemas de gestão, *accountability* e transparência dos conselhos municipais de Balneário Camboriú em parceria com a Casa dos Conselhos.

¹⁹ Conforme consta no Anexo Único da Resolução nº 007/2022, de 26 de julho de 2022.

²⁰ Como consta no inciso II do artigo 6º na Resolução nº 007/2022, de 26 de julho de 2022, a UCE não vinculada possibilita realizar atividades da UDESC e de outras instituições, ou seja, não vincula exclusivamente às atividades do departamento ou da UDESC.

construção e desenvolvimento de habilidades acadêmico-profissionais;

b) Avaliação diagnóstica: consiste numa avaliação preliminar dos conhecimentos prévios e habilidades acadêmicas dos(as) alunos(as), com caráter de sondagem de elementos norteadores do processo de ensino e aprendizagem, a fim de balizar estratégias de estudo e desenvolvimento de atividades pedagógicas e/ou redirecionar o planejamento da disciplina;

c) Avaliação somativa: levando em conta que o sistema de avaliação da UDESC prevê expressamente a atribuição quantitativa de notas, que determinam a aprovação/reprovação dos(as) alunos(as), é preciso ter claro a presença da dimensão somativa dos resultados da aprendizagem. Entretanto, essa dimensão não deve prevalecer sobre as demais, cujo caráter qualitativo deve ser preponderante;

d) Autoavaliação: refere-se à reflexão do(a) aluno(a) sobre a totalidade do processo de ensino e aprendizagem e emissão de parecer sobre dificuldades e avanços ao longo do processo de apropriação dos conhecimentos e habilidades específicas que foram trabalhadas ao longo do percurso de estudos, bem como acerca do planejamento e execução da disciplina. Este tipo de avaliação permite construir, com os(as) alunos(as), um processo de ação-reflexão-ação de aprendizagem e posicionamento crítico e autorreflexivo. O parecer de autoavaliação pode ser considerado no cômputo da avaliação somativa, desde que devidamente justificado no Plano de Ensino de cada disciplina.

O(a) professor(a) realizará a verificação de aprendizagem englobando os aspectos de assiduidade e aproveitamento através das técnicas e instrumentos que considerar adequados a cada uma das disciplinas.

A verificação da aprendizagem do(a) aluno(a) em cada disciplina deverá considerar os princípios de avaliação descritos acima, expressa em notas de 0 (zero) a 10 (dez), efetivadas através dos instrumentos de registro previstos nas resoluções vigentes na Universidade (Resolução CONSEPE nº 03/2013 no momento da elaboração deste PPC). De acordo com esse regramento, em seu Artigo 2º, "O professor deverá realizar, no mínimo, 2 (duas) avaliações em cada disciplina por semestre.". Já o Artigo 3º, § 1º, indica que "O prazo previsto para a divulgação dos resultados de cada avaliação é de, no máximo 10 (dez) dias úteis, a contar da data de sua realização.".

16. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS DIANTE DA AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A partir do relatório emitido pela Comissão de Avaliação *in loco* para reconhecimento do curso (cfe. Portaria CEE/SC nº 043/2017), o NDE e o Colegiado do Departamento reforçaram as potencialidades e atuaram nos encaminhamentos para

melhoria do curso. Primeiramente, com relação à demanda do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), indicação da DCN de 2014 (posterior à criação do curso), encaminhou-se o ajuste curricular através da resolução nº 036/2017 – CONSEPE e criou-se a Resolução nº 05/2017 – CONCESFI para regulamentar o TCC. A referida resolução foi atualizada, a partir de diálogos no NDE e proposição da Coordenação de TCC do curso, em 2022 (Resolução nº 002/2022).

Houve melhorias no quesito das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no centro, com novos laboratórios e equipamentos de informática, bem como na utilização da plataforma Moodle. E com a migração para o novo Centro, em sede própria, criou-se, ainda, estúdio de gravação para aulas e projetos e todas as salas de aulas continuam equipadas com computadores e *softwares* para aulas e atividades de ensino-pesquisa-extensão. Destaca-se, então, o investimento na aquisição de equipamentos, a ampliação da disponibilidade de computadores para atender a demanda de estudantes, a melhoria dos pontos de acesso ao *wi-fi* no prédio, a disponibilidade de *softwares* e a contratação de pessoal técnico na área de T.I. para atender demandas do Centro. As instalações físicas de docentes e técnicos, das salas de aulas, dos laboratórios e dos espaços de convivência foram melhoradas devido à aquisição de um terreno e construção do prédio e bloco I no Bairro Nova Esperança, em Balneário Camboriú.

Destaca-se a atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) para diálogos sobre as temáticas centrais do curso, como: matriz curricular, acompanhamento do perfil do(a) egresso(a), formações e temáticas para capacitação docente, análise dos planos de ensino, avaliação de aspectos pedagógicos e sugestão de melhorias diante das autoavaliações do curso e acompanhamento das atividades de formação. Com isso, a atuação permitiu avanços na melhoria do curso, na matriz curricular, na contratação de professores efetivos e nas ações de integração entre pesquisa, ensino e extensão. O Colegiado Pleno do Curso tornou-se também mais ativo com a contratação de novos professores efetivos e, em 2020, com objetivo de consolidar a formação continuada de profissionais para o aprimoramento da política pública e dos serviços públicos, ofertou o Curso de Pós-Graduação “Governança Pública: Regulação e Risco”. A Pós-Graduação *lato sensu* também contribuiu para a consolidação de linhas de atuação e produção científica no Departamento. Atualmente, o curso conta com 11 (onze) professores efetivos, sendo 10 (dez) doutores, e o curso destaca-se pela sólida formação, pela atuação extensionista e produção científica nos principais eventos e revistas científicas da área.

17. CORPO DOCENTE DO CURSO

O Curso conta com 17 professores, entre efetivos e substitutos, conforme segue:

- a) Professores Efetivos: 11, em regime de 40 horas (destes 7 com dedicação integral), sendo 10 doutores e 1 mestre;
- b) Professores Substitutos: 6, sendo 3 doutores e 3 mestres. A carga horária varia de quatro a doze.

17.1. Identificação dos docentes do curso, situação funcional, regime de trabalho e titulação

Professor(a)	Situação Funcional		Regime de Trabalho					Titulação			
	E	S	10	20	30	40	DI	G	E	M	D
Adilson Giovanini	X						X				X
Anderson Sasaki Vasques Pacheco	X					X					X
Bruna Devens Fraga	X					X					X
Danilo José Alano Melo	X						X				X
José Carlos de Souza	X						X			X	
Luiz Ricardo de Souza	X					X					X
Luiz Filipe G. Reinecke	X						X				X
Pompilio Locks Filho	X						X				X
Samira Kauchakje	X						X				X
Vitor Hugo Klein Júnior	X						X				X
Vanessa Silveira Pereira Simon	X					X					X
Daniel Luis Cidade Gonçalves		X	8								X
Douglas Weege		X	4								X
Manuela Bressan Pessoa		X	12							X	
Renata Wandroski Peris		X	12								X
Rodrigo Barraco Marassi		X	12							X	
Vanessa Bussolo Brand		X	8							X	

Legenda: E - efetivo; S - substituto; DI - dedicação integral; G - graduado; E - especialista; M - mestre; D - doutor.

18. RECURSOS NECESSÁRIOS

18.1 Recursos humanos

18.1.1 Identificação dos docentes a contratar por disciplina

Conforme as demandas de docentes no estudo de impacto docente, o Departamento ainda necessita de 2 vagas para professores doutores com regime de 40h. As demandas seguem àquelas já previstas no PPC vigente e, por decisão do NDE, a deliberação para atualização das disciplinas e áreas do conhecimento a serem contratadas serão amplamente discutidas pelo Núcleo e Colegiado do DGP quando as vagas forem disponibilizadas. O assunto será, assim, deliberado em reuniões específicas para garantir a atualização e transparência das demandas do Departamento.

Disciplina a ser ministrada por professor(a)	Professor(a) (nº de vagas)	Regime de Trabalho				Titulação			
		10	20	30	40	G	E	M	D
A ser definido pelo NDE e DGP em reuniões específicas	2				x				x

Legenda: G - graduado; E - especialista; M - mestre; D - doutor.

18.1.2 Relação dos técnicos universitários a contratar

Para implantação da reforma, mantém-se a demanda do PPC vigente (prevista e autorizada pela Resolução, ainda não atendida), conforme quadro abaixo:

Quadro 4 – Custo mensal de técnico universitário

Ano de Implantação	Nº de técnicos
1º.	2 (desenvolvimento)
	1 (suporte)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Destaca-se, por fim, conforme Regimento da Universidade, que:

At. 79 - Parágrafo Único: O Chefe de Departamento Carreiro-Cêntrico será assessorado por um técnico universitário lotado no Departamento responsável pela organização, convocação e ordem do dia das reuniões do Departamento, lavrando atas das sessões, confeccionando expedientes, despachos e demais atos do Departamento. (Incluído pela Resolução nº 89/2022-CONSUNI)

18.2 Recursos materiais

O centro já dispõe de estrutura física para implementação da reforma do curso, tanto em salas de aula, salas para estrutura administrativa e de professores, quanto laboratórios para as atividades. A atual estrutura é suficiente para atender às demandas e, nesse momento, está em andamento a construção de novo prédio fortalecerá a estrutura, com nova biblioteca, novas salas de aula, auditório e área de convivência para atendimento da comunidade acadêmica.

19. ACERVO E REGIME DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA

A Biblioteca da UDESC Balneário Camboriú possui acervo físico e virtual para implementação da proposta deste PPC. Estão apresentadas nesta seção as obras necessárias para aquisição complementar, tendo em vista o número de vagas e a quantidade de exemplares por título, tendo o Centro recursos disponíveis para a aquisição, sem demanda adicional de recursos para sua implantação. O acervo físico encontra-se

disponível a todos os estudantes e os títulos virtuais possuem amplo acesso. O uso de periódicos especializados suplementa o referencial teórico das disciplinas e demais componentes curriculares.

O acervo físico está tombado e informatizado, enquanto o acervo virtual garante acesso ininterrupto pelos usuários. Além das instalações físicas para o setor administrativo, a Biblioteca conta com espaço para estudo individual ou em grupos, terminais exclusivos para consulta, contando também com computadores para acesso na própria universidade. Assim, para os títulos virtuais, há garantia de acesso na biblioteca.

Abaixo consta a listagem indicada pela própria biblioteca para aquisição, a partir do novo ementário e bibliografia:

Referência	Qt. Compra	
	BB	BC
OLIVEIRA, R. D.; GENNARI, A. M. História do pensamento econômico . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.		1 ex.
LAPA, N. Matemática aplicada . São Paulo: Saraiva, 2012.		1 ex.
RAMOS, A. G. A nova ciência das organizações . Rio de Janeiro: FGV, 1989.		2 ex. ou e-book
CLEGG, S. Administração e organizações . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.		1 ex.
MATIAS-PEREIRA, J. Governança no setor público . São Paulo: Atlas, 2010.	3 ex. ou e-book	
LARSON, R.; FARBER, B. Estatística aplicada . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.	1 ex. ou e-book	
PISCITELLI, R. B.; KEIL, C.; ROSA, M. B. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública . 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019.	1 ex. ou e-book	
VERGARA, S. C., CORRÊA, V. L. A. (orgs.) Propostas para uma gestão pública municipal efetiva . 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.	1 ex. ou e-book	
MEYER, B. Parcerias público-privadas: uma estratégia governamental . 1. ed. São Paulo: Actual, 2021.		1 ex.
FIGUEIRA JUNIOR, J. D. Arbitragem . 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.		1 ex.
HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. Políticas públicas e desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análise . Brasília: Editora da UNB, 2009.	3 ex. ou e-book	
AVELAR, L.; CINTRA, A. O. Sistema político brasileiro: uma introdução . São Paulo: Editora Unesp, 2007.	2 ex. ou e-book	
LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (org.). Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.	6 a 8 ex. ou e-book	
NUNES, E. de O. A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático . Rio de Janeiro: Garamond, 2010.		2 ex. ou e-book
VIANNA, L. W. (ed.). A democracia e os três poderes no Brasil . Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Luperj/Faperj, 2002.		2 ex. ou e-book

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional . Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.	6 a 8 ex. ou e-book	
PISCITELLI, R. B. Contabilidade pública uma abordagem da administração financeira pública . 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.	6 a 8 ex. ou e-book	
Di PIETRO, M. S. Z. Parceria na Administração Pública . Brasília: Editora Forense, 2019.	4 a 6 ex. ou e-book	
TENÓRIO, F. G.; LEMOS, A. H. da C. Gestão de ONGs: principais funções gerenciais . 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.	4 a 6 ex. ou e-book	
GOHN, M. da G. M. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias . São Paulo: Cortez, 2005.	7 ex. ou e-book	1 ex. ou e-book
DAGNINO, E. (org). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.	6 a 8 ex. ou e-book	
BERGUE, S. T. Gestão estratégica de pessoas no setor público . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020.		2 ex. ou e-book
PIRES, A. K. et al. Gestão por competências em organizações de governo: mesa-redonda de pesquisa-ação . Brasília: ENAP, 2005.		1 ex.
CARVALHO, M. M.; REBECHINI JUNIOR, R. Fundamentos em gestão de projetos: construindo competências para gerenciar projetos . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.		1 ex.
ARMANI, D. Como elaborar Projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais . Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.	1 ex. ou e-book	
PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um guia do conjunto de conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK) . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.	6 a 8 ex. ou e-book	
PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Guia ágil . Newtown Square: PMI, 2017.	6 a 8 ex. ou e-book	
SABBAG, P. Y. Projetos, programas e portfólios . Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.	6 a 8 ex. ou e-book	
GOHN, M. da G. Sociologia dos movimentos sociais . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.	2 ex.	
HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.	3 ex. ou e-book	
PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: experiência da Itália moderna . Rio de Janeiro: FGV, 2006.	1 ex. ou e-book	
DOS REIS, D. R. Gestão da Inovação Tecnológica . Barueri, SP: Manole, 2008.	2 ex.	
TIGRE, P. B. Gestão da inovação: a Economia da Tecnologia no Brasil . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.	4 a 6 ex. ou e-book	
FENILI, R. Boas práticas administrativas em compras e contratações públicas . Niterói: Impetus, 2016.	6 a 8 ex. ou e-book	
HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Política pública: seus ciclos e subsistemas, abordagem integral . São Paulo: Elsevier, 2013.	3 ex. ou e-book	
HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. Políticas públicas e desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análise . Brasília: Editora da UNB, 2014.	3 ex. ou e-book	
CAVALCANTE, P.; CAMÕES, M.; CUNHA, B.; SEVERO, W. Inovação no setor público. Teoria, tendências e casos no Brasil . Brasília: ENAP: IPEA, 2017.	6 a 8 ex. ou e-book	
COLLIS, J.; HUSSEY, R. Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.	6 ex. ou e-book	
VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	6 a 7 ex. ou e-book	

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais . São Paulo: Atlas, 1995.		2 ex.
CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto . Porto Alegre: Artmed, 2010.		1 ex.
ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A.; CAMM, J. D.; COCHRAN, J. J. Estatística aplicada a administração e economia . Tradução da 8ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019.	1 ex.	
DOANE, D. P.; SEWARD, L. E. Estatística Aplicada à Administração e Economia . Porto Alegre: AMGH, 2014.	1 ex.	
SHARPE, N. R.; VEAUX, R. D. D.; VELLEMAN, P. F. Estatística Aplicada . Porto Alegre: Bookman, 2011.		1 ex.
SCHMULLE, J. Análise Estatística com R Para Leigos . Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.		1 ex.
BEZERRA FILHO, J. E. Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Objetiva e Didática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2021.	2 ex.	
CASTRO, D. P. de. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2018.	2 ex.	
SLOMSKI, V. Controladoria e Governança na Gestão Pública . 1 ed. São Paulo: Atlas, 2005.	2 ex.	
BOTELHO, M. M. Manual Prático de Controle Interno na Administração Pública Municipal . 3. ed. São Paulo: Juruá, 2014.		1 ex.
OLIVEIRA, A. B. S. Controladoria Governamental - Governança e Controle Econômico da Implementação das Políticas Públicas . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		2 ex. ou e-book
NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. Introdução às teorias do desenvolvimento . 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016.	6 ex. ou e-book	
GIAMBIAGI, F. Desenvolvimento Econômico: uma perspectiva brasileira . São Paulo: Grupo GEN Atlas, 2012.	2 ex.	
SOUZA, N. de J. de. Desenvolvimento econômico . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.	6 ex. ou e-book	
JONES, C. I. Introdução à Teoria do Crescimento Econômico . Rio de Janeiro: Campus, 2000.		2 ex. ou e-book
ASSAF NETO, A. Matemática Financeira e suas aplicações . 15. ed. São Paulo: Atlas, 2022.	2 ex.	
CRESPO, A. A. Matemática Financeira Fácil . 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.	1 ex. ou e-book	
HOJI, M. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.		1 ex.
TOSI, A. J. Matemática financeira com utilização do excel . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.		1 ex.
CALDAS, M. P. Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais . São Paulo: Atlas, 1999. v. 1.	6 ex. ou e-book	
CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R.; CALDAS, M. P.; FACHIN, R. C.; FISCHER, T. Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções . São Paulo: Atlas, 2001. v. 2.	6 ex. ou e-book	
BRANDÃO, F. Dicionário ilustrado de libras: língua brasileiras de sinais . São Paulo: Global, 2011.		1 ex.
BRILLO, J. Liderança Inovadora: como se destacar em ambientes de mudanças . São Paulo: Saraiva, 2020.		1 ex.
SALLES, C. A. de; LORENCINI, M. A. G. L.; SILVA, P. E. A. da. Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem . Rio de Janeiro: Forense, 2021.		1 ex.

LEE, N. R.; KOTLER, P. Marketing social . São Paulo: Saraiva, 2020.	2 ex.	
COBRA, M. Marketing de Serviços . São Paulo: Atlas, 2021.		1 ex.
DUARTE, J. Comunicação Pública : estado, mercado, sociedade e interesse público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.		1 ex.
FARRIS, P. W.; BENDLE, N. T.; PFEIFER, P. E.; REIBSTEIN, D. J. Métricas de Marketing . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.		1 ex.
MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing : uma orientação aplicada. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.		1 ex.
MEIRA, P. R. dos S. Marketing social : aplicações e métricas no setor público. Brasília, DF: Senado Federal: Conselho Editorial, 2015.		1 ex.

20. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Por tratar-se de uma reforma curricular, a previsão orçamentária já está contemplada no Planejamento da Universidade e não implicará, por sua vez, ampliação de demanda de recursos para sua implantação.